



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO ANUAL DE **GESTÃO**

2019





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO ANUAL DE **GESTÃO**

2019



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

DESEMBARGADORES

TRIBUNAL PLENO - BIÊNIO 2019-2021



Desembargadora
EVA
EVANGELISTA



Desembargador
SAMOEL
EVANGELISTA



Desembargador
PEDRO
RANZI



Desembargadora
WALDIRENE
CORDEIRO



Desembargadora
REGINA
FERRARI



Desembargador
LAUDIVON
NOGUEIRA



Desembargador
ROBERTO
BARROS



Desembargadora
DENISE
BONFIM



Desembargador
FRANCISCO
DJALMA



Desembargador
JÚNIOR
ALBERTO



Desembargador
ELCIO
MENDES



Desembargador
LUIS
CAMOLEZ

MISSÃO: Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade
VISÃO: Ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciais e sociais no Estado do Acre

Sociedade

Ser reconhecido pela efetividade na prestação de serviço jurisdicional e social no Estado do Acre e pelo elevado desempenho no Judiciário Nacional

- Acessibilidade
- Celeridade
- Confiabilidade
- Profissionalismo
- Humanização

Processos Internos

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Fomentar a conciliação e mediação para a resolução de conflitos

Incrementar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição

Fomentar responsabilidade socioambiental

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciais e administrativas

Garantir o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciais

Garantir acesso a justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciais

Pessoas, Organização e Infraestrutura

PESSOAS

Garantir modelo de gestão de pessoas adequado as necessidades estratégicas

- Desenvolvimento e aprimoramento contínuo das competências

ORGANIZAÇÃO

Propiciar um ambiente de trabalho motivador e integrado

Tornar a comunicação instrumento impulsionador de eficiência organizacional

INFRAESTRUTURA

Assegurar infraestrutura física adequada e segura

Assegurar infraestrutura e governança de TIC que sustentem as rotinas e as estratégias

ORÇAMENTO

Garantir e gerir com eficiência os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das rotinas e das estratégias

Sustentabilidade financeira

Valores

- Justiça
- Respeito

- Celeridade
- Transparência

- Honestidade
- Compromisso

- Ética
- Moralidade

- Independência
- Responsabilidade Social e Ambiental

- Eficiência e efetividade



APRESENTAÇÃO

Encerra-se o primeiro dos dois anos da gestão celebrando novos avanços na permanente construção e modernização das estruturas físicas e na qualificação operacional da Justiça acreana.

Como é sabido, o cenário de restrição orçamentária tem exigido criatividade, além da adoção de boas práticas e rotinas inovadoras com base nos avanços tecnológicos. Além disso, a definição de prioridades e a racionalização de custos, compartilhados com Magistrados e Servidores, tem permitido a realização dos compromissos inseridos no discurso de posse, objetivando uma jurisdição cada vez mais célere e eficaz.

Ao longo do ano de 2019 reduziram-se as despesas de diárias no percentual de 6,13% e, com atuação do Núcleo Socioambiental Permanente (Nusap), foram reduzidos os custos no consumo de água, papel, energia, copo descartável dentre outros, no percentual de 24,74%, saindo de R\$ 2.287.784,46, em 2018, para R\$ 1.721.808,54, em 2019.

O modelo de gestão colaborativa, que se consolidou numa administração compartilhada, fez chegar ao jurisdicionado uma melhor prestação de serviço.

Durante o ano de 2019 a Justiça Acreana (primeiro e segundo graus) julgou 82.857 processos, enquanto, no período, foram distribuídos 67.200 novos.

A exemplo disso, destaca-se os dados referentes a medição do ano de 2019, apresentados pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), onde mostra o Poder Judiciário Acreano nas melhores classificações de cumprimento do ranking nacional, tais como as metas 1, 2, 3, 4, 6 e 8, que demonstram o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, ao proporcionar à sociedade prestação jurisdicional mais célere, com mais eficiência e qualidade.

Os percentuais atingidos colocam a Corte de Justiça Acreana, em 1º lugar, entre outros 12 Tribunais de Justiça do país, no cumprimento de julgamentos em feminicídio pelo Tribunal do Júri, mostrando a toda sociedade que a violência doméstica e familiar precisa acabar.

Também foi destaque, alcançando o 4º lugar entre os Tribunais do país, em julgamento de crimes contra a administração pública, resultado da instituição de Grupo de Trabalho, entre magistrados e servidores, que se empenhou em dar uma resposta à sociedade.

O Núcleo de Estatística (NUEGE) foi instituído para aperfeiçoar a apuração de dados que subsidiam o relatório do Justiça em Números, do CNJ.

Magistrados e diretores de secretaria foram reciclados na gestão de unidades judiciárias e nos parâmetros estabelecidos pelo CNJ, para aferir a eficiência do Judiciário.

A modernização do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) está se consolidando por meio do uso de ferramentas que possibilitam mais eficiência na gestão com aquisição de um novo sistema (Thema), que integra vários processos de trabalho e aprimora a rotina da gestão interna.

Incorporaram-se ao patrimônio do Tribunal novas ferramentas tecnológicas (Storages) de armazenamentos de dados trazendo mais segurança na prestação de serviços aos jurisdicionados.

Além de todas as Varas Criminais do Estado, aprimorou-se a infraestrutura da Vara de Organização Criminosas e Tribunal do Júri, com a assinatura do convênio com o DEPEN para implantação da VIDEOCONFERÊNCIA no Sistema Prisional.

O Índice de Eficiência Judiciária foi outra medida importante para a compreensão dos indicadores que o compõem e encontra-se disponibilizado no portal interno com atualização diária, para que todos possam acompanhar o próprio desempenho e melhorar a performance no atendimento às demandas judiciais.

Entrou, ainda, em funcionamento o Sistema de Gestão Extrajudicial (Extrajud), visando melhorar os serviços prestados no âmbito cartorários para a eficiência e eficácia do controle da atividade notarial e registral.

Outra conquista significativa para o Poder Judiciário foi a implantação dos processos



no Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU). No total, foram migrados 16.509 processos para a ferramenta.

Promoveu-se, na mesma toada, a integração ao Sistema Nacional de Adoção (SNA), visando otimizar a disponibilidade dos dados para auxiliar os juízes nos processos de adoção em todo o país.

Outro destaque, foi a assunção do Poder Judiciário Acreano à responsabilidade social, intensificadas nas ações desenvolvidas em parceria com várias instituições governamentais e da sociedade civil organizada, em projetos desenvolvidos em favor dos menos favorecidos.

Neste ano de 2019, a atual gestão do Poder Judiciário Acreano descentralizou demandas voltadas a cidadania para que cada Coordenadoria pudesse se empenhar na promoção e efetivação dos direitos humanos. Foram diversas ações educativas nas escolas, universidades, entidades sociais, entre outros locais, levando informações de combate à violência; sobre a importância da sustentabilidade; dos direitos e deveres do cidadão, aonde uma das principais ações que reafirmaram o compromisso social da Presidência do TJAC foi o início do projeto para a reforma do Hospital do Câncer do Acre (Unacom).

Nesta primeira fase do biênio, os esforços têm contado com a valiosa compreensão e participação dos desembargadores, juízes, servidores e colaboradores. Registra-se e agradece-se o trabalho intensivo, em várias frentes de ação estratégica, desempenhado pelo Des. Laudivon Nogueira, vice-presidente deste Tribunal. Igualmente precioso tem sido o auxílio do corregedor, Des. Junior Alberto.

Nas páginas a seguir, estão detalhadas as ações desenvolvidas e as realizações efetivadas em todos os níveis e funções. Há novas etapas a construir, com a mesma dedicação que merece o nosso Tribunal de Justiça na sua superior responsabilidade de proporcionar bons serviços aos jurisdicionados e continuar a honrar os nomes e as contribuições dos que

participaram desta obra.

Que Deus continue abençoando pelo bem da cidadania, como pilar fundamental do Estado Democrático de Direito.

A modernização do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) está se consolidando por meio do uso de ferramentas que possibilitam mais eficiência na gestão. Os testes para uso de um novo sistema que integra vários processos de trabalho e aprimora a rotina da gestão interna, foram iniciados.

Os servidores da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIPES) compareceram a Escola do Poder Judiciário (Esjud) para iniciar o treinamento com o software. Contabilidade, controle de materiais, gestão de custos e gestão de pessoas integram a infraestrutura do ambiente online. A capacitação durou toda a semana.

O desembargador-presidente Francisco Djalma, na oportunidade, ressaltou que o investimento estava alinhado com o desenvolvimento traçado para a instituição. O diretor da Esjud, desembargador Roberto Barros, por sua vez, destacou a importância da tecnologia da informação e explicou que o momento de aprendizado está voltado ao conhecimento dos módulos do sistema.

O desembargador Laudivon Nogueira, vice-presidente do TJAC, reiterou que a ferramenta possibilita a integração das informações dos servidores e está adequada para a necessidade do tribunal, em relação ao monitoramento, relatórios e dados cadastrais.

Os desembargadores Junior Alberto, Samuel Evangelista e Waldirene Cordeiro, também participaram da apresentação, junto com a decana da Corte, desembargadora Eva Evangelista, que enfatizou o sentimento de pertencimento, já que o ponto focal é o servidor: “Temos orgulho de pertencer ao Judiciário e quando voltamos nossos olhos para a gestão de pessoas, estamos dando atenção a todos que se esforçam dia-a-dia nesse tribunal”, concluiu a decana da Corte.

Desembargador Francisco Djalma
Presidente

SUMÁRIO

PLANEJAMENTO E GESTÃO

TJAC inicia implantação de Sistema Integrado de Gestão Administrativa	13
Tribunal de Justiça do Acre atende CNJ na implementação da Resolução 219	15
Concurso para juiz de Direito substituto: inscrições iniciam a partir do dia 14 de janeiro	22
Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça regulamenta funcionamento do Extrajud	25
Iniciativas da Justiça Acreana são apresentadas em evento nacional do legislativo	52
Corregedoria-Geral da Justiça apresenta propostas voltadas às Serventias Extrajudiciais na Aleac	64
Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça determina que cartórios enviem certidões negativas semestralmente	66
Poder Judiciário e Procuradora-Geral de Rio Branco assinam Termo de Cooperação para dar maior celeridade nos andamentos dos processos	67
Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça busca evitar cometimento de fraudes no INSS	68
TJAC elabora minuta para criação de lei estadual	73
Poder Judiciário Acreano disponibiliza link para consulta de índices de produtividade	72

SERVIÇO JURISDICIONAL

Sistema de videoconferência para audiência criminal começa a funcionar no âmbito da Justiça Acreana	16
Implantação do Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas avança no Acre	18
Corregedoria-Geral da Justiça inicia tratativas para intimação e citação por meio eletrônico	24
Membros do Sistema de Justiça garantem esforços concentrados no Mutirão Carcerário	28
Assessoria Virtual do Poder Judiciário garante celeridade a processos da área criminal	30
No Acre, 14ª Semana Nacional da Conciliação movimenta mais de R\$ 2,6 milhões em acordos firmados	34
TJAC avança no aprimoramento dos serviços para a garantia do direito à criança e ao adolescente	40
Plano de ação para o descarte ou a guarda permanente de processos	73
Divulgado relatório de atividades da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar	42
Em menos de três meses, 5.446 inquéritos policiais dos casos de violência doméstica são virtualizados	48
Instituído Semana Estadual de Audiências Temáticas nas unidades criminais	64
- Atualização na Lei nº 1.422 das custas processuais é sancionada	66
Regras para autorização judicial de viagens de crianças e adolescentes são atualizadas no Acre	69
COGER disciplina procedimento e fluxo nos casos de busca e apreensão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade	75
Corregedoria-Geral da Justiça altera provimento quanto aos procedimentos de juntada de petições intermediárias	74

BOAS PRÁTICAS

Painel apresentado pela COGER sobre dispensa de ISSQN por serventia ocupada por interino integra a Carta do 82º Encoge	20
Notícias do TJAC agora também na programação da Rádio Aldeia FM	23
Tema apresentado pela COGER, sobre controle patrimonial adquirido para serventias, integra a Carta de São Paulo do 81º Encoge	27
Projeto Cidadão garante mais de 20,5 mil atendimentos durante sete edições de 2019	38

SUMÁRIO

Tribunal de Justiça do Acre faz decoração natalina sustentável	44
Tribunal de Justiça do Acre avança nas ações ambientais	46
TJAC intensifica esforços para garantir acessibilidade e inclusão plena no âmbito do Judiciário Estadual	50
Atividades para melhoria da qualidade de vida dos servidores dinamizam rotina institucional	54
Presidência do TJAC reforça ações de compromisso social	56
Pessoas com síndrome de Down têm oportunidade de emprego no TJAC	58

INFRAESTRUTURA

TJAC faz entrega do Núcleo de Apoio e Atenção ao Reeducando na unidade prisional Francisco D’Oliveira Conde	32
Presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, entrega Casa de Justiça e Cidadania	36
Dois dias depois de fazer 115 anos, Sena Madureira recebe Fórum reformado	60

CAPACITAÇÃO

Presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, visita comarcas de Eпитaciolândia e Brasileia	62
Tribunal de Justiça do Acre treina tabeliões para aumentar eficiência de cartórios	70
Palestra com Robert Alexy: Evento com filósofo do Direito reúne centenas de pessoas em Rio Branco	76
Esjud avança em ações educativas Projeto Pedagógico	78
Seminário discute Pacto Nacional pela Primeira Infância no Acre	79
Escola do Poder Judiciário realiza com sucesso debate sobre igualdade de gênero	81
TJAC e Esjud promovem abertura da I Jornada de Estudos 2019	84
II Jornada de Estudos do Poder Judiciário Acreano discute organização criminosa	86
Esjud executa ações em sintonia com macrodesafios definidos pelo CNJ	88
Edição 2019 do Programa Cidadania e Justiça na Escola	90
Escola do Poder Judiciário do Acre alcança qualidade de nível nacional	92
TJAC e Esjud recebem desembargadores e juízes em Curso Nacional da Enfam	93
Investimentos garantem reestruturação do Laboratório de Informática da Esjud	95
Curso “Libras em Contexto – Módulo Básico” contribui para agenda de inclusão social	96
Especial: Curso de Formação de Formadores fortalece ações educacionais	98
Autoridades prestigiam abertura do Curso Formação para Mediador Judicial	100
I Congresso da Magistratura abre com homenagens e palestra do presidente da AMB	102
I Congresso da Magistratura é encerrado no Acre	104
Esjud em Números	106
PARCERIAS INSTITUCIONAIS	107

GESTÃO ESTRATÉGICA

RANKING DA TRANSPARÊNCIA	108
RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2019	108
METAS NACIONAIS 2019	111
Alternativas para incrementar receitas próprias	116
Equilíbrio fiscal do Judiciário	117



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça
Biênio 2019-2021

Presidente
Des. **Francisco Djalma**

Vice-Presidente
Des. **Laudivon Nogueira**

Corregedor Geral da Justiça
Des. **Júnior Alberto**

Tribunal Pleno
Des.^a **Eva Evangelista**
Des. **Samoel Evangelista**
Des. **Pedro Ranzi**
Des. **Roberto Barros**
Des.^a **Denise Bonfim**
Des. **Francisco Djalma**
Des.^a **Waldirene Cordeiro**
Des.^a **Regina Ferrari**
Des. **Laudivon Nogueira**
Des. **Júnior Alberto**
Des. **Elcio Mendes**
Des. **Luís Camolez**

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - 2019

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Rua Tribunal de Justiça, s/n. Via Verde.
69.915-631 – Rio Branco - Acre
(68) 3302-0320

www.tjac.jus.br

TJAC inicia implantação de Sistema Integrado de Gestão Administrativa

A modernização do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) está se consolidando por meio do uso de ferramentas que possibilitam mais eficiência na gestão. Os testes para uso de um novo sistema que integra vários processos de trabalho e aprimora a rotina da gestão interna, foram iniciados.

Os servidores da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIPES) compareceram a Escola do Poder Judiciário (Esjud) para iniciar o treinamento com o software. Contabilidade, controle de materiais, gestão de custos e gestão de pessoas integram a infraestrutura do ambiente online.



O desembargador-presidente Francisco Djalma ressaltou que o investimento está alinhado com o desenvolvimento traçado para a instituição. O diretor da Esjud, desembargador Roberto Barros, destacou a importância da tecnologia da informação e explicou que o momento de aprendizado está voltado ao conhecimento dos módulos do sistema.

O desembargador Laudivon Nogueira, vice-presidente do TJAC, reiterou que a ferramenta possibilita a integração das informações dos servidores e está adequada para a necessidade do Tribunal, em relação ao monitoramento, relatórios e dados cadastrais.

Os desembargadores Júnior Alberto, Samoel Evangelista e Waldirene Cordeiro, também participaram da apresentação, junto a decana da Corte, desembargadora Eva Evangelista, que enfatizou o sentimento de pertencimento, já que o ponto focal é o servidor. “Temos orgulho de pertencer ao Judiciário e quando voltamos nossos olhos para a gestão de pessoas, estamos dando atenção a todos que se esforçam dia a dia neste tribunal”, concluiu a decana da Corte.

Implantação do Sistema Integrado THEMA/GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
(ADM/RH) (em andamento)

Cadastro de Pessoal Único	Controle do Ponto dos Servidores
Folha de Pagamento	E-Social
Folha de Pagamento dos Estagiários	Portal do Servidor
Medicina e Segurança do Trabalho	Ponto eletrônico de Banco de Horas (atendimento Resolução 04/2018)
Gestão de Recursos Humanos	Módulo de Integração com o TCE-ACRE.(SICAP), ACREPREVIDÊNCIA (SIPREV), CNJ (Resoluções 102/2009, 219/xx, 151/2012, 88/xxx, 207/2015)
Administração de Pessoal	Módulo de auditoria da folha de pagamento
Perfil Profissiográfico Previdenciário	Módulo para realização de progressões automáticas Divisão da folha em 3 níveis (Administrativo, 1º grau e 2º grau)

- Divisão do banco de dados para folha de pagamento e recursos humanos de servidores e magistrados ou restrições de acesso;
- Opções para elaboração e confecção de relatórios pelo usuário da folha de pagamento e recursos humanos;
- Relatório para extração da evolução da folha de pagamento por período (mensal, trimestral, semestral e anual);
- Lançamentos por eventos em lote (como por exemplo: consignações em folha, férias, etc.)
- Criar mecanismo para avisar quando o servidor acumular dois períodos de férias, inclusive mostrando em um painel a relação dos servidores com prazos de férias a vencer.
- SISTEMA BI/THEMA: Módulo Painéis RH (Folha).

Tribunal de Justiça do Acre atende CNJ
na implementação da Resolução 219

Diretoria de Pessoas iniciou, ainda em 2019, sua participação na implementação da Resolução 219 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na terceira etapa do Plano de Ação, com o ato de realocação de servidores para o primeiro grau através da lotação destes na Secretaria de Processamento Unificado – SPU.

A Resolução n. 219/2016, dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em confiança e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau. A resolução tem como objetivo remanejar, de forma mais equânime, a força de trabalho entre os órgãos e assim aperfeiçoar os serviços prestados aos cidadãos. A iniciativa também se configura como um dos eixos da Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Em maio do mesmo ano, foi realizada a 2ª Reunião da Rede, em que foram elaboradas propostas que subsidiarão o Plano Nacional de Implementação da Política de Primeiro Grau.

A gestão dessa Política Nacional é realizada pela Rede de Priorização do Primeiro Grau, constituída por representantes de todos os tribunais brasileiros, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (art. 3º da Resolução CNJ n. 194). No âmbito de cada Tribunal, é gerida pelo Comitê Gestor Regional (art. 4º da Resolução CNJ n. 194).



SIMAVI

Sistema de videoconferência para audiência criminal começa a funcionar no âmbito da Justiça Acreana

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, desembargador Francisco Djalma, conduziu, no Fórum Criminal (Cidade da Justiça), o lançamento do projeto piloto relativo ao sistema de videoconferência, no âmbito do Judiciário Acreano, que visa dar mais celeridade e segurança nos trabalhos da Justiça Criminal, principalmente no que se refere aos processos que tramitam na Vara de Delitos de Organizações Criminosas.

Aos presentes, o desembargador-presidente do TJAC, enfatizou ser o ato um “momento extremamente importante para o Poder Judiciário Estadual, que representa um grande passo no que diz respeito à otimização da prestação da tutela jurisdicional, de uma forma econômica e segura”.

O presidente Francisco Djalma fez questão de agradecer pela disposição de todas as instituições envolvidas na concretização do sistema de videoconferência, no âmbito do Judiciário Acreano, com ênfase ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e ao Instituto de Administração Penitenciária (Iapen). Na oportunidade, o presidente destacou o empenho do diretor-



geral do Depen, Fabiano Bordignon, o que possibilitou, em tão pouco tempo, a viabilização da ferramenta no Acre.

Do ato, também participaram o governador do Estado do Acre, em exercício, deputado Nicolau Júnior, o vice-presidente do TJAC, desembargador Laudivon Nogueira, os juízes-auxiliares da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça, respectivamente, Andrea Brito e Leandro Gros, a juíza de Direito Isabelle Sacramento, o secretário de Segurança Pública, coronel Paulo César, representantes do Depen, do Iapen, e da Polícia Militar (PMAC).

O governador do Acre, em exercício, apontou ser uma satisfação participar “desse momento, pois se trata de uma ferramenta muito importante para o governo, por trazer mais segurança, por menos custo. Um orgulho para o povo acreano”.

Em seu pronunciamento, o vice-presidente do TJAC asseverou que a implantação do sistema de videoconferência, ainda que em caráter experimental, vem em momento muito oportuno, pois tornará a Justiça Criminal mais célere, com mais segurança, o que desembocará em uma prestação jurisdicional mais rápida. “É um marco para a Justiça. É um fato histórico, pois, pela primeira vez, no Acre, temos audiências de forma remota”.

De Cruzeiro do Sul, participaram do ato, os juízes de Direito Erik Farhat e Hugo Torquato. Os dois magistrados destacaram a relevância do projeto, principalmente no que diz respeito à celeridade, a partir do aspecto tecnológico.

Nessa primeira fase, a ferramenta terá atuação nas Comarcas e presídios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Delitos de Organizações Criminosas

Instituída com o escopo de conferir maior celeridade e efetividade ao processamento e cumprimento de atos processuais criminais, a Vara de Delitos de Organizações Criminosas, com sede na Comarca de Rio Branco, tem jurisdição em todo o Estado do Acre, com protocolo autônomo, integrado ao Sistema de Automação da Justiça.

SEEU

Implantação do Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas avança no Acre

O Tribunal de Justiça do Acre continua avançando no processo de implantação do Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas (SEEU) no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

Já foi migrado para o SEEU mais da metade do acervo de processos com execuções penais – exatamente 52,6% das ações.

No Acre, a implantação foi iniciada pela 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar da Comarca de Rio Branco e, desde o mês de novembro de 2019, a ferramenta tem sido inserida também nos sistemas das demais unidades judiciárias com processos de execução penal, tanto na Capital quanto no interior do estado.

A ferramenta virtual permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário em todo o território nacional. Ao organizar e integrar dados sobre o cumprimento de penas em todo o país, o sistema permite que o juiz de execução penal tenha maior controle da população carcerária, além dos benefícios e progressões de regime a vencer, de forma automática.

Capacitação

Como parte do cronograma de implantação do SEEU no âmbito do Judiciário Acreano, o TJAC e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibilizaram, em parceria, por meio da Escola do Poder Judiciário (Esjud), um curso de treinamento para utilização do sistema.

A ideia é que os participantes da atividade, realizada no último mês de novembro, atuem como disseminadores dos conhecimentos apreendidos em suas unidades e comarcas de origem.



Como usar

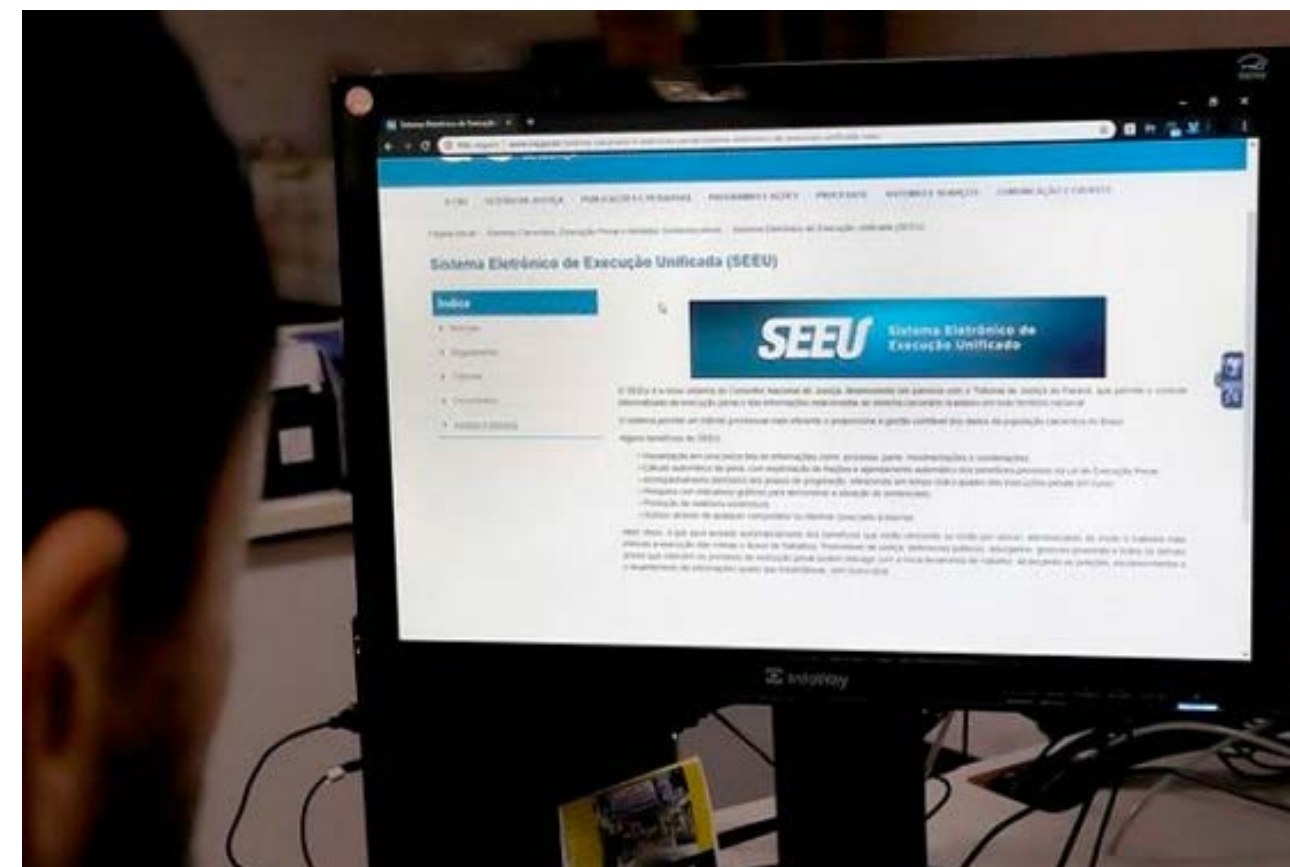
Para ajudar no processo de aprendizagem, o site do TJAC na internet traz – na aba ‘serviços’ – o link para apresentação do SEEU e suas funcionalidades. Na área, os servidores podem acessar a ferramenta, se cadastrar no sistema, baixar manuais do CNJ, atos normativos e até mesmo assistir tutoriais em vídeo para aprender a utilizar o SEEU.

Dessa forma, os servidores que, porventura, ainda não tenham contato com o SEEU podem fazê-lo a qualquer momento pela internet, de maneira autoinstrucional.

Resolução CNJ

O Poder Judiciário Acreano segue a resolução CNJ nº 233, de 27 de maio de 2016, que instituiu o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), determinando aos tribunais brasileiros a utilização da ferramenta como único meio eletrônico a ser utilizado.

A implantação e o fortalecimento do SEEU em âmbito nacional são algumas das principais ações do Programa Justiça Presente, parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para enfrentar inconstitucionalidades no sistema carcerário brasileiro, apontadas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347.



SUSPENSÃO ISSQN PARA INTERINOS

Painel apresentado pela COGER sobre dispensa de ISSQN por serventia ocupada por interino integra a Carta do 82º Encoge

O painel apresentado pela equipe da Corregedoria-Geral da Justiça, sobre dispensa do recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviço extrajudicial prestado por interino nomeado pelo Poder Judiciário Acreano, foi apresentado no 82º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (Encoge).

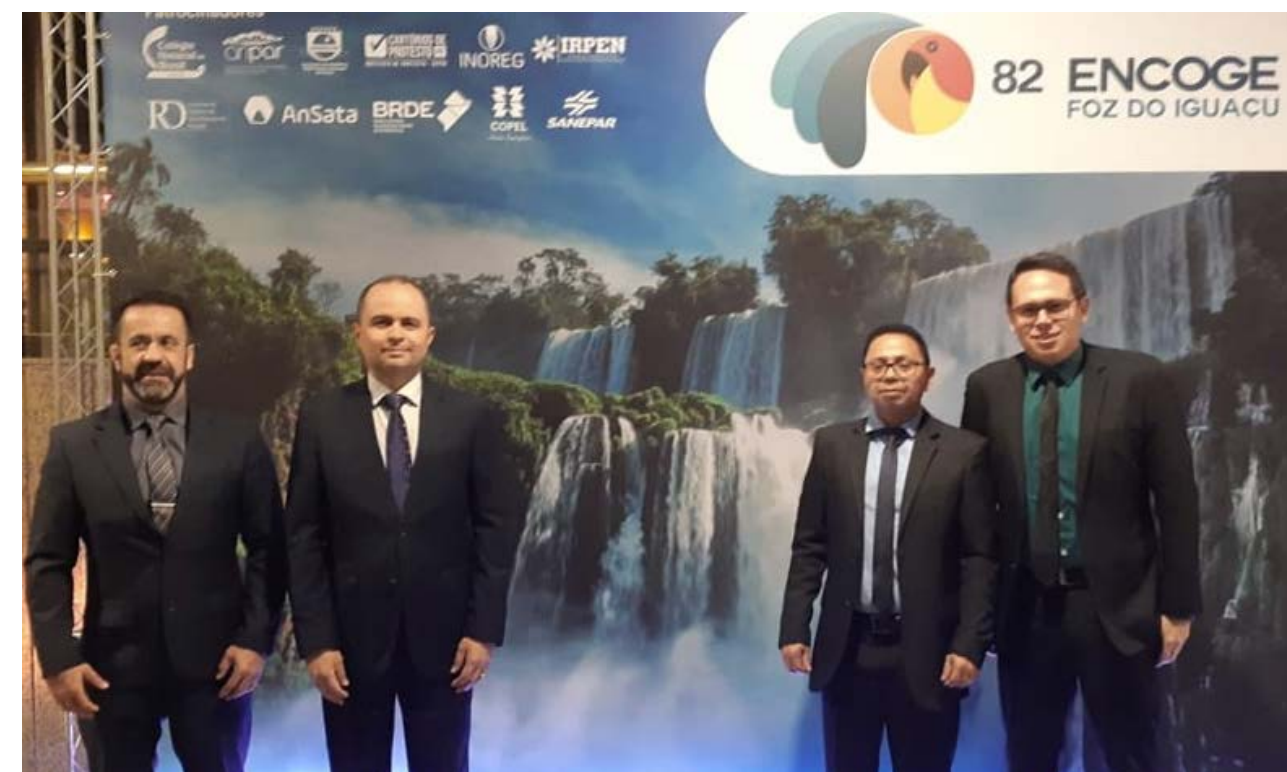
O estudo praticado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) foi incluído na Carta do Paraná, documento que referenda os encaminhamentos do evento. Dessa forma, outros tribunais também podem adotar o mesmo desempenho.

O evento, que ocorreu no período de 4 a 6 de setembro de 2019, em Foz do Iguaçu, com a temática ‘A Corregedoria e a sua atuação na sociedade’, contou com a participação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, de assessores, e do juiz-auxiliar Leandro Gross, responsável pela apresentação “Imunidade recíproca – Recolhimento do ISSQN por Serventia Extrajudicial com expediente administrado por Interino”.

A apresentação explicou sobre a isenção do ISSQN para serviço extrajudicial prestado por interino nomeado pelo Judiciário Acreano, no argumento de que são meros prepostos do Judiciário, que goza de imunidade constitucional recíproca incondicionada sobre patrimônio, renda ou serviços.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, ressaltou que o diferencial do encontro é a possibilidade de discutir temas relevantes para a evolução dos trabalhos das Corregedorias-Gerais em esfera nacional, e que a decisão referente à isenção do ISSQN será estudada pelos outros tribunais para, posteriormente, caso necessário, a mesma medida seja tomada pelas instituições.

“O estudo, inclusive, se baseou em decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco, que chegou a proferir, em ação proposta pelo Estado, decisão liminar reconhecendo a imunidade recíproca, e determinou ao município de Rio Branco que suspendesse, até decisão final de mérito, a cobrança do imposto às receitas de titularidade do Estado do Acre obtidas pelos cartórios e serventias vagos e submetidos à administração de interinos”, ressaltou.



Outros temas foram debatidos na programação do 82º Encoge, como a tecnologia a favor da adoção, registro de nascituros com anomalia de diferenciação sexual, acolhimento familiar, autonomia administrativa e financeira dos tribunais, biometria no extrajudicial, videoconferência como instrumental do processo criminal e o SEEU como ferramenta integrada de gestão da execução penal: inovação pública e perspectivas futuras.



CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO

Concurso para juiz de Direito substituto: inscrições iniciaram dia 14 de janeiro de 2019

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) tornou público o edital do concurso de provas e títulos para ingresso na magistratura do Estado do Acre. O certame destina-se ao preenchimento de 15 (quinze) vagas para os cargos de juiz de Direito substituto do Poder Judiciário Acre.

Das 15 (quinze) vagas ofertadas, 01 (uma) será reservada aos candidatos com deficiência, conforme artigo 73 da Resolução nº 75/2009, e 03 (três) delas destinadas aos candidatos negros, nos termos da Resolução nº 203/2015, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e da Resolução 220/2018 do Tribunal Pleno Administrativo, do TJAC.

A inscrição preliminar foi realizada pela internet, no site www.vunesp.com.br, observado o horário oficial de Brasília, a partir das 10 horas do dia 14 de janeiro até às 23h59 do dia 13 de fevereiro/2019.

O concurso, segundo o edital, será composto por cinco etapas. A primeira será a objetiva seletiva; a segunda a discursiva e prática de sentença; a terceira com a inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social do candidato, exames de sanidade física e mental e avaliação psicológica; a quarta será a prova oral e a quinta etapa será a avaliação de títulos.

A remuneração do cargo de juiz substituto é de R\$ 30.404,41 (trinta mil quatrocentos e quatro reais e quarenta e um centavos).

O edital completo, assinado pela desembargadora-presidente Denise Bonfim, foi publicado na edição do dia 19 de dezembro do Diário da Justiça Eletrônico, a partir da página 108. Confira o edital completo.



RÁDIO TJAC

Notícias do TJAC agora também na programação da Rádio Aldeia FM

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), por meio de sua Diretoria de Informação Institucional (DIINS), disponibilizará diariamente o produto radiofônico Boletim TJ Acre com as principais notícias e realizações do Poder Judiciário Estadual. Além disso, também serão apresentadas, a cada edição, as decisões da Justiça Acreana que foram destaque, em Brasília, na Rádio Justiça.

O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira, ao meio dia, pela Rádio Aldeia FM, emissora educativa, integrante do Sistema Público de Comunicação do Acre. Na primeira edição foi abordados temas relevantes como a 14ª edição da “Semana Pela Paz em Casa”, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça e realizada em parceria com os Tribunais de Justiça de todo o país, para o combate à violência contra a mulher; Casamento Coletivo e Projeto Cidadão; garantia de direitos fundamentais; entre vários outros assuntos.

O presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, ressaltou a importância da parceria. “É uma grande oportunidade para, além de divulgar os feitos da nossa justiça, também promover uma maior aproximação entre o Judiciário e a população, aproveitando a audiência do Sistema Público de Comunicação nessa importante parceira”, disse.

A diretora de Informação Institucional do TJAC, Joelma Machado, falou da proposta do boletim com a inserção das notícias do Judiciário Acreano no âmbito do Sistema Público de Comunicação. “O presidente do TJAC possibilitou essa iniciativa com a proposta do boletim mostrar um pouco mais dos trabalhos do Poder Judiciário e possibilitar uma maior aproximação com o cidadão. A parceria é fundamental e agradecemos muito a abertura que tivemos com o Sistema Público de Comunicação, para torná-la possível”, comentou.

Para ouvir ao Boletim TJ Acre basta sintonizar a Rádio Aldeia FM (96.9) ou acessar o sítio eletrônico da emissora: www.aldeiafm.ac.gov.br, ao meio dia. O programa tem como responsável a gerente de Comunicação do TJAC, Andréa Zílio. A apresentação e produção fica por conta de Marcio Bleiner, com a edição de Junior Barros, e na reportagem Emanuely Falqueto, Ana Paula Batalha e Miriane Teles.



CITAÇÕES/INTIMAÇÕES ELETRÔNICO

Corregedoria-Geral da Justiça inicia tratativas para intimação e citação por meio eletrônico

A Corregedoria-Geral da Justiça (Coger) realizou as tratativas para a execução do plano de ação referente às intimações e citações por meio eletrônico no Tribunal de Justiça do Acre (TJAC). A medida, que passou a valer após a publicação do ato normativo no Diário da Justiça Eletrônico, e será destinada às empresas com grande número de processos.

Em reunião de alinhamento com representantes da Coger e outros setores da Administração do TJAC, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, destacou que o procedimento a ser implantado enquadra o TJ Acreano aos demais TJ's.

“A criação de meios eletrônicos para a prática de atos processuais vai ao encontro da necessidade primordial do Poder Judiciário. O processo totalmente digitalizado traz aos operadores de direito e também ao jurisdicionado agilidade e rapidez na sua consecução, atendendo, dessa forma, a razoável duração do processo, bem como a garantia do devido processo legal sem qualquer violação”, disse.

Com a execução do plano de ação, a Coger deu início à criação das ferramentas para o procedimento de cadastramento por parte das empresas, via sistema e-SAJ, mediante cadastro prévio e assinatura de termo de adesão.

As microempresas e empresas de pequeno porte também poderão solicitar o seu cadastramento para recebimento de citações e intimações eletrônicas, desde que, no ato do cadastro façam a opção pelo recebimento e comunicações eletrônicas via e-SAJ.

Porém, segundo explicou o corregedor-geral, todo esse procedimento, será acompanhado pela Gerência de Serviços Auxiliares da Coger com prazo determinado para o cadastramento.

“A medida trará celeridade e economia ao Poder Judiciário Acreano. A substituição da comunicação física pela comunicação eletrônica será efetivada de forma gradativa às pessoas jurídicas de direito privado, usuários frequentes dos serviços judiciários e aos entes públicos da administração direta e indireta”, finalizou o corregedor-geral.

Um tutorial será criado e disponibilizado no portal do TJAC, logo quando o ato normativo for publicado, explicando como o procedimento de cadastramento deve ser feito por parte dos representantes das empresas.



EXTRAJUD

Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça regulamenta funcionamento do Extrajud

Por meio do Provimento nº18/2019, publicado na edição nº 6.504 do Diário da Justiça Eletrônico, a Corregedoria-Geral da Justiça (Coger) regulamentou o funcionamento do Sistema de Gestão Extrajudicial (Extrajud). Dessa forma, os cartórios extrajudiciais devem seguir as determinações expressas no documento para a prática dos atos notariais e de registro.

O Provimento detalha como deve ser formado o código número do Selo Digital de Fiscalização. Além disso, esclarece como a pessoa poderá verificar a autenticidade do selo. Afinal, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) disponibiliza campo de Consulta Pública de Selos pelo endereço eletrônico www.selo.tjac.jus.br.

Entre as normatizações também está exposta a forma como as serventias extrajudiciais poderão solicitar selos e realizar o pagamento, sendo que o Provimento deixa claro que “os Selos Digitais de Fiscalização devem ser adquiridos com antecedência, de modo a permitir a regular continuidade dos serviços notariais e registrais, considerando os horários de transações bancárias, os feriados e períodos de recesso do Poder Judiciário”.

Outros pontos importantes do documento são: o cartório extrajudicial não pode exceder dois pedidos de selos em aberto; também deverão ser preenchidos todos os campos do sistema Ex-



trajud de acordo com o ato notarial ou de registro praticado, sob a pena de ser aberta correição extraordinária ou medidas administrativas disciplinares.

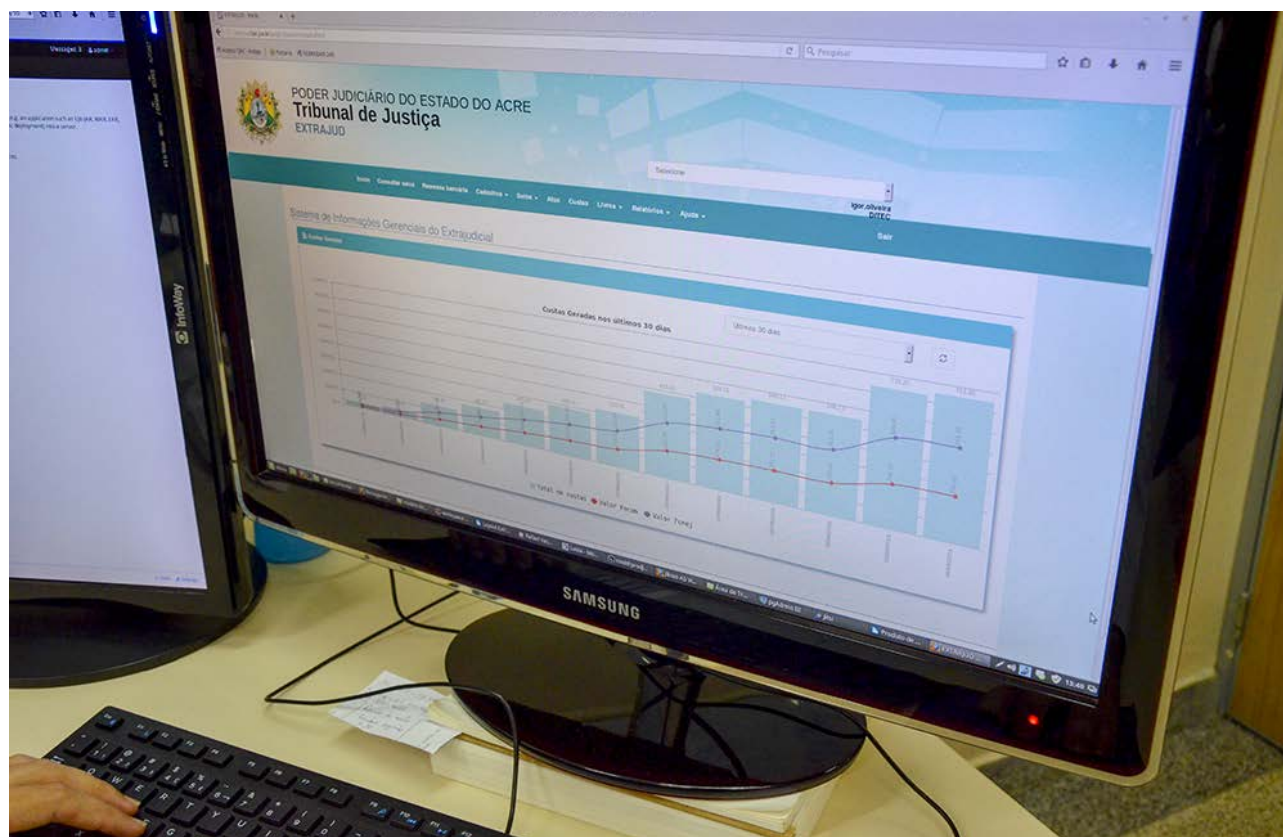
O Provimento estabelece que os cartórios têm até o próximo dia útil para transmitir o ato praticado para o Extrajud, essa medida garante a transparência e fiscalização das serventias, tanto pela população, quanto por parte da Coger.

Caso o cartório extrajudicial necessite de orientações sobre a funcionalidade da ferramenta deverá entrar em contato com a Corregedoria-Geral da Justiça, enviando a dúvida para o e-mail suporte.extrajud.@tjac.jus.br, com as seguintes especificações: “denominação da serventia, nome para contato, telefone para contato e descrição do problema, detalhando a questão a ser resolvida”.

Extrajud

O Extrajud é um software lançado em novembro de 2018, pela Corregedoria-Geral da Justiça e Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec), visando melhorar os serviços prestados no âmbito cartorários. O início do funcionamento do sistema foi em maio de 2019.

Conforme está registrado no Provimento a interoperabilidade, o diálogo, “entre os sistemas cartorários e o sistema de selo digital de fiscalização adotado no âmbito do Estado do Acre contribuirá, sobremaneira, para a eficiência e eficácia do controle da atividade notarial e registral”.



CONTROLE PATRIMONIAL – 81º ENCOGE

Tema apresentado pela COGER, sobre controle patrimonial adquirido para serventias, integra a Carta de São Paulo do 81º Encoge

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, juntamente com o juiz-auxiliar, Leandro Gross, participaram do 81º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge). O evento, em São Paulo, discutiu temas relevantes para a evolução dos trabalhos das Corregedorias-Gerais em esfera nacional.

Um deles, inclusive, foi o painel apresentado pelo juiz-auxiliar Leandro Gross “Controle Patrimonial de Bens Adquiridos para Serventias Geridas por Delegatários Interinos”.

O assunto abordou sobre os interinos que são nomeados nos casos de vacância da serventia extrajudicial, além de diversos aspectos de sua ligação com o patrimônio: natureza jurídica, legislação, aquisição de bens, etapas do controle interno e outros. O material foi indicado para fazer parte da Carta de São Paulo para algumas deliberações.



Uma delas, por exemplo, é adotar medidas para que a aquisição de bens duráveis pelos responsáveis interinamente pelas delegações vagas dos serviços extrajudiciais seja objeto de prévio controle e para que revertam ao Tribunal de Justiça ao término da interinidade, ou, se forem alienados mediante prévia avaliação, para que os valores obtidos sejam depositados ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

O tema proposto pela COGER do Acre recebeu aprovação unânime do Colégio de Corregedores.

Para o desembargador Júnior Alberto, o fato é inédito e representa o reconhecimento da relevância do trabalho expositivo elaborado pela Corregedoria do Acre. “Desta forma se integra ao cenário nacional trazendo à discussão temas que interessam ao aprimoramento da função correicional”, disse.

O 81º Encoge teve a solenidade de abertura na quinta-feira (16), no Salão Ministro Costa Manso, no 5º andar do Palácio da Justiça do TJ-SP, com a palestra proferida pelo corregedor-nacional de Justiça, ministro Humberto Eustáquio Soares Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mais informações na página do TJSP

MUTIRÃO CARCERÁRIO

Membros do Sistema de Justiça garantem esforços concentrados no Mutirão Carcerário

A supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF), desembargadora Denise Bonfim, realizou reunião com representantes do Sistema de Justiça para tratarem sobre o Mutirão Carcerário nas comarcas de Rio Branco e do interior.

O encontro, que ocorreu na unidade prisional Complexo Francisco Oliveira Conde, reuniu o presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargador Francisco Djalma, a decana da Corte Acreana, desembargadora Eva Evangelista, a juíza-auxiliar da Presidência, Andréa Brito; juízes da área criminal, representante da Segurança Pública, coronel Ricardo Brandão, o diretor-presidente do Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), Lucas Gomes, defensor público, Cássio Tavares entre outros.

“Esse mutirão é uma campanha do Conselho Nacional de Justiça e o TJ no Acre não poderia deixar de participar. Todas as unidades carcerárias estão verificando a situação do preso, pois em muitas situações ele pode está com prazo irregular”, disse a supervisora do GMF, desembargadora Denise Bonfim.

Em seu pronunciamento, o presidente do TJAC, Francisco Djalma, enfatizou sobre a necessidade do empenho de todos do Sistema de Justiça e disse que, após o mutirão, haverá o verdadeiro diagnóstico do sistema prisional no Acre. “Encerrando esse trabalho, poderemos mostrar à sociedade o cenário atual”, disse.



“ Todas as unidades carcerárias estão verificando a situação do preso, pois em muitas situações ele pode estar com prazo irregular. ”

Desembargadora Denise Bonfim.



Estão envolvidas na atividade as Varas Criminais, Vara de Execução Penal, Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas, Vara de Delitos de Organizações Criminosas, Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas da Infância e da Juventude. Essas unidades estão organizando revisão de todos os processos com réus presos provisórios e preventivos, verificando a legalidade da manutenção das prisões.

A desembargadora Eva Evangelista, responsável pela Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Acre, teve sua fala voltada à mulher presidiária e a realização de trabalho social no local destinado às detentas.

Os representantes das outras instituições expuseram suas opiniões e serviços que promovem para a ressocialização, se colocaram à disposição do Mutirão Carcerário e, ao final, visitaram o pavilhão masculino comunicando sobre a atividade que teve início com a finalidade de avaliar a situação jurídica de cada pessoa recolhida em estabelecimento prisional.

Para a revisão dos processos, serão reavaliadas todas as prisões decretadas, verificando-se a duração e requisitos que ensejaram a custódia do preso e a real necessidade de manutenção da prisão. O esforço concentrado corrobora com o bom andamento dos processos de execução penal, evitando que detentos venham a ter benefícios vencidos e não apreciados.

ASSESSORIA VIRTUAL

Assessoria Virtual do Poder Judiciário garante celeridade a processos da área criminal

Em 14 dias úteis, a Assessoria Virtual do Poder Judiciário Acreano deu andamento a 47 processos que estavam aguardando suas sentenças na 4ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco. Com isso, evitou-se a prescrição de crimes e também foi dada uma resposta à sociedade.

A Assessoria Virtual é uma iniciativa da Corregedoria-Geral da Justiça (Coger) e da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), com objetivo de auxiliar remotamente as unidades judiciárias de todo estado, focando naquelas que têm o maior número de processos conclusos, esperando somente a sentença.

Para o presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, o trabalho desenvolvido pela Assessoria Virtual tem o importante viés de conferir celeridade aos serviços prestados pelo Poder Judiciário Estadual. “Isso garante ao cidadão acreano agilidade e qualidade na prestação jurisdicional”, asseverou.

Primeira etapa

Nesta primeira etapa, junto à 4ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, a equipe composta por quatro servidoras e um estagiário apoiou a confecção de sentenças de processos complexos, como casos de organização criminosa, roubos majorados e crimes contra administração pública, que estavam próximos da prescrição.

Esse trabalho teve o suporte dos juízes de Direito Leandro Gross (auxiliar da Corregedoria)



e Isabelle Sacramento. Segundo explicou a magistrada, a atuação da Assessoria Virtual tem um papel de aumentar a produtividade das unidades, desobstruindo-as ao resolver processos que aguardavam resposta.

“Achei a ação muito eficiente e alcança o seu propósito de desobstruir as unidades criminais da capital. É uma forma de dar uma resposta célere e efetiva aos jurisdicionados, principalmente àqueles que foram vítimas de crime e que esperam uma resposta do Poder Judiciário”, asseverou Sacramento.

A próxima etapa será junto ao Juízo Único da Comarca de Mâncio Lima, onde está prevista a assessoria em 105 processos criminais. Dessa forma, como esclareceu o juiz-auxiliar da Coger, Leandro Gross, “realizamos uma gestão dos processos criminais continua, para não ficarmos reféns da violência”.

Satisfação e resultados

A integrante da equipe e servidora do Poder Judiciário há 11 anos, Renata Vendette, destacou a satisfação de ver os casos tendo resposta: “Viemos como força de trabalho para concluir os processos e dar uma resposta para sociedade. É uma satisfação ver uma fila de sentença sendo esgotada rapidamente”.

Outra servidora que também atua na Assessoria Virtual e sente-se realizada com o trabalho realizado é Renata Augusta. A analista judiciária comentou que “é gratificante darmos uma resposta em tempo hábil, assim conseguimos impedir a impunidade”.

NÚCLEO DE APOIO AO REEDUCANDO

TJAC faz entrega do Núcleo de Apoio e Atenção ao Reeducando na unidade prisional Francisco D'Oliveira Conde

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e o Instituto de Administração Penitenciária do Acre (IAPEN) entregaram o Núcleo de Apoio e Atenção ao Reeducando, que funcionará no bloco administrativo da unidade prisional Francisco D'Oliveira Conde.

A finalidade do Núcleo, ainda em caráter de projeto piloto, é prestar atendimento aos presos. No local, o reeducando será informado sobre o cumprimento da pena, além de qualquer ato processual a seu respeito.

“Quando tomei posse na Presidência do TJAC, disse que a nossa preocupação é o 1º Grau. A entrega deste Núcleo faz parte da nossa meta para o Biênio 2019-2021, pois irá acelerar a comunicação da unidade jurisdicional com o presídio”, disse o presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma.

O projeto do Núcleo de Apoio e Atenção ao Reeducando está alinhado à execução dos objetivos contidos no Plano de Administração para o Biênio 2019-2021, em continuidade ao Planejamento Estratégico de 2015-2020 do TJAC, para o desenvolvimento dos Macrodesafios Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, Aprimoramento da Justiça Criminal e Aperfeiçoamento da Gestão de Custos.



O corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, ressaltou que o projeto é resultado de uma ideia simples, sem muito custo, mas eficiente.

“Vai tirar o gargalo das varas jurisdicionais em relação ao tempo para a comunicação dos atos processuais aos presos. É uma ideia que irá deslanchar, pois traz ganho, celeridade processual, economia para o TJAC, e o reeducando mais assistido pelo Poder Judiciário”, ressaltou.

O diretor do presídio Rosemberg Thomas, representando a Diretoria do IAPEN, agradeceu o Poder Judiciário Acreano pela parceria e enfatizou ser um grande passo para uma assistência melhor ao preso.



Núcleo de Apoio e Atenção ao Reeducando

O projeto é um dos pontos, conforme disciplina a Resolução nº 198 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para o Poder Judiciário quanto aos 11 Macrodesafios que fazem parte da Estratégia Nacional do Judiciário (situando a ação dentro do PABLI 2019/2020 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015/2020 e RESOLUÇÃO 198 CNJ).

A apresentação do projeto aos convidados foi feita pelo juiz-auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Leandro Gross. Ele destacou que o projeto foi idealizado pela juíza de Direito titular da Vara de Execuções Penais (VEP) da Comarca de Rio Branco, Luana Campos, ainda em 2013.

“O Núcleo já teve concepção, em 2013, pela juíza Luana Campos. Agora, a Corregedoria-Geral da Justiça desenvolveu, atendendo ao pedido do presidente em disponibilizar maior atenção ao 1º grau de jurisdição. A estrutura foi um trabalho de várias mãos”, destacou.

Na oportunidade, dois reeducandos foram levados à sala para terem ciência da intimação. Após intimados, eles levaram a cópia do documento e outra via é digitalizada para inclusão ao malote digital para que a unidade jurisdicional em questão acrescente no processo.

Participaram ainda da entrega a juíza-auxiliar da Presidência, Andréa Brito; a juíza de Direito titular da Vara de Execuções Penais (VEP) da Comarca de Rio Branco, Luana Campos; a juíza de Direito da 1ª Vara Criminal de Rio Branco, Louise Kristina, e servidores do IAPEN e Poder Judiciário Acreano.

SEMANA DE CONCILIAÇÃO

No Acre, 14ª Semana Nacional da Conciliação movimentou mais de R\$ 2,6 milhões em acordos firmados

Os acordos firmados durante as atividades da 14ª Semana Nacional da Conciliação, promovida de 4 a 8 de novembro de 2019, permitiram a movimentação de mais de R\$ 2,6 milhões, somente no Estado do Acre. Foram atendidas no evento 3.186 pessoas.

A campanha, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e executada em parceria com as Cortes de Justiça do país, propicia às partes a solução de suas avenças, com respeito mútuo e de forma harmoniosa, estimulando a pacificação social sem depender da intervenção do Poder Judiciário com tramitação de processo.

De acordo com os dados do Conciliômetro, todos os 2.215 processos pautados para o período foram vistos. Das 1.457 audiências realizadas, 547 firmaram acordos amigáveis, o restante dos números se baseia pela não intimação das partes, não comparecimento dos réus ou mesmo do autor do processo.

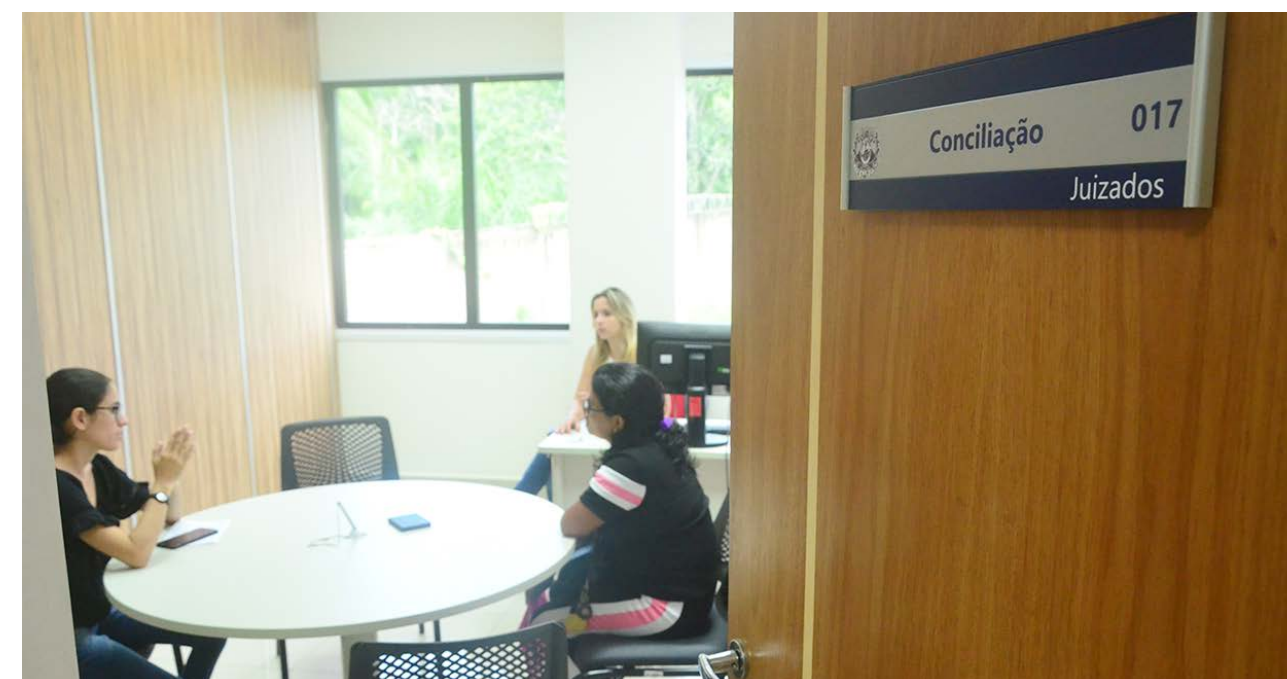
Um dos acordos foi do ex-casal Carlos de Menezes e Francisca Eliete. Eles tiveram um relacionamento de vários anos, constituíram família, separaram, e hoje cada um segue caminhos diferentes. Porém, nessa caminhada, a pensão paga por Carlos à filha do ex-casal causou desentendimento e Francisca procurou à justiça para resolver a situação.



3.186

pessoas atendidas

Acordos firmados movimentaram mais de R\$ 2,6 milhões



No primeiro grau, o juiz aceitou os argumentos da parte demandada e obrigou o pai a aumentar o valor do benefício. Com Apelação em segunda instância, o processo foi pautado para tentar uma conciliação entre as partes. O que terminou em acordo favorável para os dois no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS, Portaria 966/2015).

Outro caso que teve um desfecho foi de uma aposentada por invalidez e uma companhia de seguros que disputavam na Justiça o pagamento de prêmio de seguro saúde e acidentes pessoais, já há vários anos, em decorrência de sucessivos recursos apresentados pelas partes.

A requerente alegou que foi aposentada por invalidez, em setembro de 2005, em razão das sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC), mas que a companhia de seguros não procedeu ao pagamento da apólice. A demanda foi julgada pela 4ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, que considerou que a autora comprovou devidamente o direito alegado, fazendo, portanto, jus ao recebimento do prêmio.

Incluída na pauta de audiências da 14ª Semana Nacional de Conciliação, a ação foi finalizada com o auxílio dos conciliadores do TJAC e a utilização de técnicas consensuais de resolução de conflitos – ou seja, as próprias partes ditaram juntas os termos do acordo que encerrou a demanda.

Dessa forma, a empresa deverá pagar à aposentada o valor de R\$ 290 mil, em onze parcelas: a primeira de R\$ 80 mil e as demais de R\$ 21 mil. No ato, a companhia de seguro também desistiu de recurso já interposto, em tramitação na Justiça, em prol da conciliação no processo.

A novidade é que a conciliação pode ser feita durante todo o ano. A parte interessada deve apenas procurar uma unidade judiciária mais próxima e informar a intenção de conciliar.

CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, entrega Casa de Justiça e Cidadania

A Casa de Justiça e Cidadania, no bairro Cidade do Povo, foi inaugurada. O espaço, que funciona nas dependências do Centro de Educação Profissional e Tecnológica em Serviços Campos Pereira, é fruto de convênio com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, com recursos oriundos de emenda parlamentar do deputado federal Alan Rick.

Em solenidade de entrega, o presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargador Francisco Djalma, enfatizou que a unidade garante a missão de aproximar o Poder Judiciário da Comunidade.

“Nosso objetivo é levar o judiciário até à comunidade, principalmente às pessoas mais carentes. Essa unidade, na Cidade do Povo, é a concretização desses nossos objetivos. Sabemos do índice de carência muito elevado no bairro.”

Desembargador Francisco Djalma.



A unidade, que foi instalada com apoio do Governo do Estado (cedeu o espaço na escola), oferecerá ao cidadão residente na Cidade do Povo e bairros adjacentes, serviços gratuitos de assistência jurídica e mecanismos para a solução de conflitos. Entre eles, destacam-se conciliação e mediação, ouvidoria, programas de proteção à criança e ao adolescente, informações de utilidade pública, entre outros.

Em seu pronunciamento, a desembargadora Eva Evangelista, coordenadora da Justiça Comunitária, lembrou

que a instalação desta unidade do Poder Judiciário na Cidade do Povo, marca um dos sonhos da desembargadora Cezarinete Angelim (in memoriam), que foi a promissora dos juzizados especiais.

“Nossa saudosa desembargadora era alguém que acreditava na comunidade. A concretização desse serviço realiza um dos sonhos que ela tinha. Não podemos deixar de agradecer ao deputado federal Alan Rick, pela emenda parlamentar para a realização desse projeto”, disse.

Serviços

Uma das principais metas da atual gestão do Poder Judiciário Acreano é oferecer diversos serviços à população, na própria comunidade, como forma de aproximar o judiciário do cidadão e desburocratizar algumas solicitações.

A implantação da Casa de Justiça e Cidadania vai a caminho desse objetivo com ações de conciliação, mediação e solidariedade social, capazes de proporcionar à comunidade mais carente e desassistida, meios que possibilitem a sua inserção social.

O espaço possui sete salas, sendo três para serviços de conciliação e mediação, sala de entrevista, administração, orientação jurídica e ainda uma sala própria para ações de projetos sociais. O espaço terá toda estrutura do sistema de justiça como defensor público, promotor de justiça e advogado.

Neste primeiro dia, por exemplo, o serviço oferecido na sala para ações de projetos sociais foi uma ação de saúde com serviços de aferição de pressão e testes rápidos, disponibilizados pela Gerência da Qualidade de Vida do TJAC.

O governador Gladson Cameli parabenizou o TJAC pela entrega da unidade e o deputado federal Alan Rick, autor da emenda, salientou que projeto contempla uma das principais metas da justiça cidadã: a implementação de ações de conciliação, mediação e solidariedade social, capazes de atender à comunidade mais carente e desassistida.



PROJETO CIDADÃO

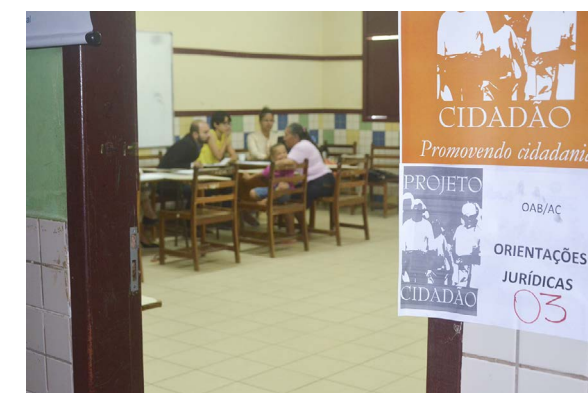
Projeto Cidadão garante mais de 20,5 mil atendimentos durante sete edições de 2019

Projeto Cidadão, principal programa do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), garantiu 20.507 atendimentos durante as setes edições promovidas no Estado durante o ano de 2019. Os dados foram apresentados em reunião, no Palácio da Justiça, pela coordenadoria da atividade. As edições que ocorreram em Rio Branco (em dois locais), Porto Acre, Senador Guiomard, Cruzeiro do Sul e Jordão ofereceram atendimentos voltados à área jurídica, da saúde, social, expedição de documentos, além do casamento coletivo e conversão de união estável em casamento, exceto Xapuri, que ocorreu apenas o casamento coletivo.

Todas as ações contaram com a parceria de várias instituições, de caráter público e privado. Em alguns locais, como explica a coordenadora do Projeto Cidadão, desembargadora Eva Evangelista, a atividade foi promovida com 40 instituições parceiras.

“ O Projeto Cidadão, seja aqui em Rio Branco ou em qualquer município, é desenvolvido por meio de parcerias. É somente, graças a união entre os poderes, que podemos proporcionar essas edições. ”

Desembargadora Eva Evangelista



Ainda na reunião, que contou com representantes de várias entidades, foi abordada a pauta para uma ação em dezembro, no município de Santa Rosa do Purus. O local é de difícil acesso e possui a maior parte de sua população indígenas das etnias Kulina, Kaxinawá e Jaminawa. O acesso à cidade é somente por barco ou avião.

Na ocasião, a desembargadora-coordenadora pediu compreensão e firmou o compromisso de levar cidadania aos lugares mais distantes destacando a importância do serviço de cada representante para a comunidade carente.



INFÂNCIA E JUVENTUDE

TJAC avança no aprimoramento dos serviços para a garantia do direito à criança e ao adolescente

O presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargador Francisco Djalma, apresentou a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Poder Judiciário Acreano aos representantes da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. A apresentação do órgão permanente de assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça ocorreu em reunião no Palácio da Justiça.

Com a atribuição de colaborar no aprimoramento da atividade jurisdicional na área da infância e juventude, com foco na assessoria aos magistrados e fortalecimento das relações intra e extra-institucional, visando ao aprimoramento dos serviços para a garantia do direito à proteção integral, com prioridade absoluta à criança e ao adolescente, a CIJ já funciona no prédio-sede do TJAC tendo a desembargadora Regina Ferrari como coordenadora.

“Essa apresentação teve a finalidade de discutir as problemáticas que cada instituição enfrenta nessa questão e apresentar ideias para que, juntos, possamos melhorar o serviço em prol da nossa comunidade. Recebemos várias sugestões e vamos analisar todas dentro das condições”, disse o desembargador-presidente Francisco Djalma.



A criação da CIJ é uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em razão da prioridade das políticas de atendimento à infância e juventude, anunciada pelo Art. 227 da Constituição Federal, bem como a necessidade de coordenação da elaboração e execução de tais políticas.

A coordenadora da CIJ, desembargadora Regina Ferrari, destacou a necessidade de elaborar e executar as políticas públicas relativas à infância e à juventude.

“De imediato, vamos reiniciar o serviço de conscientização nas escolas. Uma palestra de meia ou uma hora para as crianças é essencial, pois boa palavra dada pode mudar o destino de muitas para melhor. Vamos resgatar os valores. Educar a criança é construir o cidadão do futuro”, destacou a coordenadora.

Na final da reunião ficou acordado um workshop, para o próximo mês, para toda a rede se reunir novamente e discutir sugestões.

Estiveram presentes juízes, procuradores e promotores da área da infância e da juventude, representantes do Governo do Estado e Prefeitura de Rio Branco, conselheiros tutelares, policiais militares, entre outros.

SEMANA PAZ NO LAR

Divulgado relatório de atividades da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar

O relatório de atividades da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Acre foi divulgado, no dia 16 de novembro de 2019, em reunião entre representantes do Sistema de Justiça, no Palácio da Justiça.

Ao apresentar as atividades, a responsável pela coordenadoria, desembargadora Eva Evangelista, destacou sobre a importância da Rede de Proteção à Mulher, que tem fortalecido o alinhamento do fluxo, o ganho das instituições com a virtualização dos inquéritos policiais dos casos de violência doméstica da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Rio Branco, além da interiorização da rede.

“A palavra de hoje é gratidão. Avançamos muito neste ano de 2019, mas sabemos que ainda temos muito o que fazer em 2020, nessa causa de violência doméstica. O empenho de todos foi nítido para o resultado que hoje alcançamos.”

Desembargadora Eva Evangelista



Entre as ações de palestras educativas nas escolas, universidades e aldeias indígenas; parceria com o Governo do Estado para a funcionalidade do Botão da Vida e Patrulha Maria da Penha e apresentação das atividades do Poder Judiciário Acreano em eventos nacionais, a desembargadora ressaltou sobre a campanha ‘Semana Justiça pela Paz em Casa’.

Campanha

A campanha, que ocorre durante uma semana, três vezes ao ano – março, agosto e novembro-, concentra esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero. Nestes períodos, o Judiciário concentra-se no julgamento de processos relativos aos episódios de violência e de feminicídio, assim como palestras, cursos de capacitação e fortalecimento da questão de gênero, junto à sociedade civil.

De acordo com o diagnóstico, nas três edições deste ano, foram realizadas 1.356 audiências entre instrução e julgamento, preliminares, acolhimento, justificação e retratação em todo o Estado e 11 júris de feminicídio.

No período dos mutirões foram deferidas, ainda, 125 medidas protetivas para vítimas de violência doméstica e, ainda, foram proferidas 794 sentenças.

Para a realização de todas as etapas da campanha, o Tribunal de Justiça mobilizou magistrados e servidores para cumprirem o desafio de entregar uma resposta mais célere à sociedade.

A desembargadora Regina Ferrari, coordenadora da Infância e da Juventude, que trabalha em parceria para as palestras nas escolas, reforçou sobre a Rede de Proteção fortalecida e, em seu pronunciamento, a juíza titular da Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco, Shirlei Hage, falou sobre os avanços e desafios.

Estiveram presentes ainda representantes do Ministério Público do Estado do Acre, promotoras de Justiça Dulce Helena e Diana Tabalipa; a coordenadora Estadual de Políticas para as Mulheres, Isnailda Gondim; defensora pública, Thaís Oliveira; e a delegada Kelcinaira Mesquita.



DECORAÇÃO NATALINA

Tribunal de Justiça do Acre faz decoração natalina sustentável

Empenhado nas causas ambientais, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) apostou na decoração sustentável voltada para o período natalino. Garrafas pet foram reutilizadas e formaram um cenário especial e colorido na entrada do prédio-sede da instituição.

Idealizada pelo Núcleo Socioambiental Permanente (Nusap), sob coordenação da desembargadora Waldirene Cordeiro, a atividade contou com a colaboração de servidores que promoveram um verdadeiro mutirão para arrecadar os descartáveis que pudessem ser reaproveitados para a elaboração das artes.

Foram reutilizadas cerca de seiscentas garrafas que, readaptadas, formaram três velas, representando votos de iluminação e transformação para este período de final de ano, e caixas de presentes simbolizando os desejos de bons sentimentos ao público interno e visitantes do Poder Judiciário Acreano.

A desembargadora Waldirene Cordeiro, responsável pelo NUSAP, diz ter sido um desafio desenvolver a atividade e que, acima de tudo, vai ao encontro das medidas já adotadas pelo TJAC nas questões de preservação ao meio ambiente como, por exemplo, a redução de papel, extinção do uso de copos descartáveis no prédio da Administração e redução nas outras unidades –



com mobilização para a utilização das canecas-, entre outras ações.

A desembargadora contextualiza ainda que a decoração sustentável no TJAC também foi feita em anos anteriores com a criação de árvore natalina montada com pneus.

“Nossa finalidade é conscientizar o público em geral sobre a importância da prática do desenvolvimento sustentável. Demonstrar que, com o lixo que seria descartado, poluindo o meio ambiente, pudemos produzir lindos enfeites. A economia para toda essa decoração também foi outro fator importante.”

Desembargadora Waldirene Cordeiro



As decorações sustentáveis também foram sugeridas para as unidades de primeiro grau da jurisdição.

O Nusap, para maior integração, lançou também um concurso interno de decoração natalina sustentável entre os setores das unidades do Poder Judiciário Acreano na capital e unidades judiciais no interior. Os vencedores serão escolhidos na véspera do recesso forense e ganharão uma cesta de café da manhã para confraternização.



REDUÇÃO ENERGIA E PAPEL

Tribunal de Justiça do Acre avança nas ações ambientais

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) tem avançado nas ações de preservação ao meio ambiente e, aos poucos, vem modificando o dia a dia de magistrados, servidores e colaboradores com boas práticas sustentáveis. Neste ano de 2019, a atual Administração, por meio do Núcleo Socioambiental Permanente (NUSAP), se empenhou em executar atividades de conscientização não somente voltadas ao público interno, mas também aos usuários do Poder Judiciário Acreano.

Um das ações mais fortalecidas foi a extinção do uso de copos descartáveis na sede do TJAC e a redução na distribuição deles nas demais unidades judiciárias. Na sede, por exemplo, o público ingressou para o uso, exclusivo, das canecas. Visitantes são servidos em copos de vidros. Já nos fóruns, em consequência de maior número de visitantes, ainda não foi possível encerrar a utilização de descartáveis, mas a distribuição foi reduzida e magistrados e servidores também aderiram ao uso das canecas.

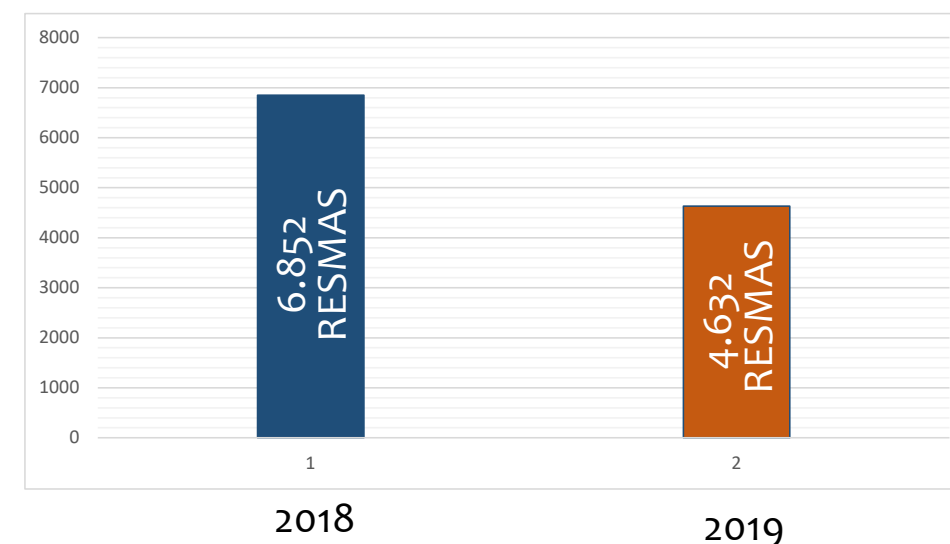
Com a mobilização, os resultados começaram a surgir não somente na questão de copos plásticos descartáveis, mas redução no gasto com telefone (-31,26%) – devido a outros meios de comunicação implantados pelo TJAC; no consumo de energia elétrica (-10,15) e utilização de resmas de papel.

O Nusap, que é coordenado pela desembargadora Waldirene Cordeiro, foi criado através da Portaria nº 559/2015, de 30 de abril de 2015, vinculado diretamente à Presidência e destinado ao planejamento, implementação e monitoramento de metas anuais e ainda a avaliação de indicadores de desempenho, descritos no art. 11 da Resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 201/2015.

O núcleo segue o Plano de Logística Sustentável (PLS), criado em 17 de agosto de 2016, também em atendimento à Resolução nº 201/2015 do CNJ, e é vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário Acreano. O PLS é um instrumento de gestão com planejamento, objetivos e responsabilidades, onde são identificadas ações, metas, prazos de execução e mecanismos de



Consumo de papel A4 - Unidades TJAC 2018 e 2019



ENERGIA ELÉTRICA

	2019	2020
Janeiro	R\$ 184.277,65	R\$ 158.580,23
Fevereiro	R\$ 214.347,70	R\$ 175.103,31
Março	R\$ 185.588,37	R\$ 157.029,78
Abril	R\$ 165.364,32	R\$ 119.782,84
	R\$ 749.578,04	R\$ 610.496,16

SUB-GRUPO - ENERGIA

Referências	Situação	X	
Energia	Jan a abr-2019	X	749.578,04
Energia	Jan a abr-2020	X	610.496,16
Resultado	-	Decréscimo ↓	-18,55%

monitoramento e avaliação, que possibilitam à instituição estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos, considerando ainda, a visão sistêmica do órgão.

As medidas adotadas pelo TJAC vão a encontro da Agenda 2030, que é um compromisso assumido por líderes de 193 países, inclusive o Brasil, materializado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, voltados à efetivação dos direitos humanos e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre as ações sustentáveis a área verde, 'Bosque da Justiça', localizada na parte posterior da sede do TJAC, será utilizada para atividades sustentáveis de educação ambiental, cultura e lazer; a Biblioteca Compartilhada; a Horta Compartilhada – ambas estão entre as boas práticas de sustentabilidade selecionadas pelo Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), na chamada pública do Ministério do Meio Ambiente e ONU Meio Ambiente, realizada em novembro do ano passado; feira orgânica uma vez por semana nas unidades; o início do plantio de mudas para a Horta Farmácia Viva; coleta seletiva, entre outras.

VIRTUALIZAÇÃO DOS INQUÉRITOS

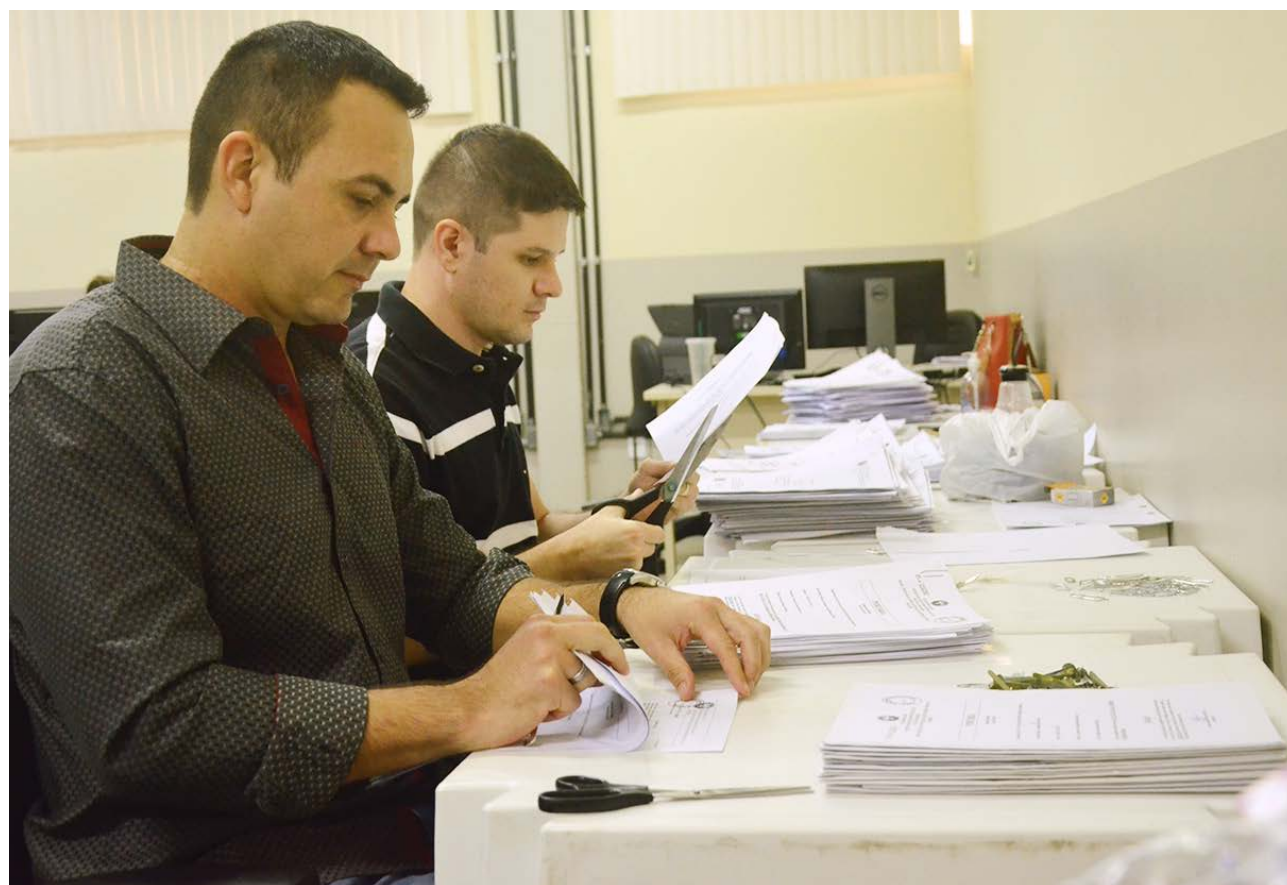
Em menos de três meses, 5.446 inquéritos policiais dos casos de violência doméstica são virtualizados

Em menos de três meses, nada menos de 5.446 inquéritos foram virtualizados, por uma equipe composta por servidores da Justiça do Acre, da DEAM, do Instituto de Assistência e Inclusão Social (IAIS) do Estado, e policiais da Assessoria Militar do TJAC (Asmil).

Para o presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, o processo visa garantir agilidade e dar resposta às vítimas desse tipo de violência, além de permitir que a experiência seja levada para outras delegacias.

“É uma preocupação do Tribunal a proteção das mulheres e esse trabalho agilizará os inquéritos para não ocorrer impunidade. É importante essa atuação para que possamos levar a virtualização para outras áreas, como dos inquéritos de homicídios.

Desembargador Francisco Djalma



Ao final dos trabalhos, a coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Acreano, desembargadora Eva Evangelista, destacou o valor da parceria institucional, apontando que o esforço e a dedicação de todos transformaram a equipe “em um corpo único”, ao comparar o trabalho realizado com uma caminhada difícil, mas de extrema importância, principalmente para as vítimas.

No mesmo diapasão, os juízes-auxiliares da Presidência do TJAC e da Corregedoria-Geral da Justiça, respectivamente, Andrea Brito e Leandro Gross, atribuíram o êxito dos trabalhos à integração de esforços de todos os envolvidos. Para os magistrados, a ação é digna de homenagens.

Do desfecho dos trabalhos também estiveram presentes a delegada titular da DEAM, Juliana D’Angelis, que destacou “os frutos maravilhosos que a ação vai render”, a diretora de Políticas Públicas para Mulheres, Isnailda Gondim, da Secretaria de Assistência Social, dos Direitos Humanos e de Políticas Públicas para as Mulheres (SEASDHM), o diretor de Gestão Estratégica do TJAC, Euclides Bastos, e o coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NUEGE) do Poder Judiciário Acreano, Célio Rodrigues.

Realizado em uma das salas da Escola do Poder Judiciário (Esjud), o trabalho foi executado por meio de uma linha de montagem, dividida em três grupos: os que faziam a higienização dos inquéritos, retirando grampos, cliques e sujeiras que os documentos continham; os que virtualizaram os papéis; e, por fim, a equipe que cadastrou os inquéritos no sistema.





COMITÊ DE ACESSIBILIDADE

TJAC intensifica esforços para garantir acessibilidade e inclusão plena no âmbito do Judiciário Estadual

Com o objetivo de avaliar o que já foi executado e o que deve ser priorizado no sentido de atender à inclusão plena, no âmbito da Justiça Estadual, seja para o público interno e externo, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário Acreano realizou reunião de alinhamento, envolvendo todos os seus membros.

Durante o encontro, conduzido pela juíza de Direito Andrea Brito, que preside a Comissão, assuntos relacionados à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal foram priorizados.

Neste aspecto, foi apresentado o projeto de acessibilidade da guarita, a construção da escada externa do Fórum Criminal, bem como da passarela de acesso aos prédios da Cidade da Justiça, da Comarca de Rio Branco, no sentido de ofertar o pleno acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a essas unidades judiciárias.

Também na reunião, ficou definida a realização de um censo interno, para que o próprio Tri-



bunal conheça seus servidores e magistrados, no quesito pessoa com deficiência, e quais as especificidades.

Da reunião, além dos membros da Comissão, participaram a juíza de Direito Maha Manasfi, titular da 3ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, e os diretores Lucas Félix (DILOG), Sérgio Quintanilha (DRVAC), Euclides Bastos (DIGES) e Ana Poersch (DIPES), todos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.



Iniciativas da Justiça Acreana são apresentadas em evento nacional do legislativo

Iniciativas relacionadas à proteção da mulher e de atendimento humanizado do Poder Judiciário do Acre são apresentadas na 23ª edição da Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale). O evento, realizado na Bahia, iniciou no dia da Consciência Negra, tendo como lema “Humanizando as leis em um novo tempo”.

A juíza de Direito Andréa Brito foi convidada para discorrer sobre o Grupo Reflexivo “Homens em Transformação”, realizado na Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (Vepma) da Comarca de Rio Branco. O Grupo atua com a responsabilização dos autores de violência doméstica que estão cumprindo penas.

A Justiça Acreana por meio da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar incentiva e promove ações para proteger a mulher, prevenir esse tipo de crime e responsabilização dos autores de violência doméstica, como Grupo Reflexivo “Homens em Transformação”.



O trabalho é feito por equipe multidisciplinar da unidade judiciária e procura conscientizar o participante a mudar o comportamento e evitar a violência contra mulher. Durante as reuniões são ministradas palestras sobre temas como, uso abusivo de álcool, sexualidade, comunicação não violenta e Lei Maria da Penha.

Palestrantes de diversas instituições públicas, como Ministério Público, Defensoria, Procuradoria e da Assembleia Legislativa são convidados a contribuir e conversar com os autores. A ação busca evitar a reentrada do autor no sistema judiciário por este tipo de crime, pois possibilita que o participante reconheça sua responsabilidade para mudança de atitude.

A conferência da Unale é realizada todo ano, reunindo legisladores estaduais e entidades que debatem temas relacionados ao legislativo estadual, com objetivo de criar um ambiente democrático de troca de experiências, que elabora maneiras para melhorar o país.

Além disso, esta edição da conferência debate os seguintes assuntos: suicídio e automutilação; combate a violência contra as mulheres; e a implantação do Sistema Único de Segurança Pública em todas as regiões do Brasil.



GEVID

Atividades para melhoria da qualidade de vida dos servidores dinamizam rotina institucional

A valorização do servidor público do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) é uma preocupação da Gerência de Qualidade de Vida (Gevid), vinculada a Diretoria de Gestão de Pessoas e do Comitê de Local de Atenção à Saúde no âmbito do Poder Judiciário Acreano, liderado pelo desembargador Luís Camolez.

No ano de 2019, novas atividades foram ofertadas como estratégia de atrair mais pessoas a práticas de atividades físicas, uma vez que o combate ao sedentarismo é eficaz na prevenção de diversas doenças.

Deste modo, o espaço esportivo do Centro Médico do TJAC passou a ter um horário estendido até às 20h. No primeiro semestre, foi lançado o programa Caminhada Segura. Já no segundo, iniciou-se o treinamento funcional e aulas de boxe. Contudo, uma novidade que agradou a muitos foi a capoeira infantil, disponível para os filhos dos servidores.

A aula de Pilates, que já estava em andamento na unidade, continuou seu cronograma orientado pelo fisioterapeuta da instituição, Rafahel Muniz. A atividade coletiva é realizada duas vezes por semana e é focada na correção postural. A turma é composta por alunas fiéis, como a servidora Dirce Teodoro, que compreendeu o benefício da disciplina em seu bem-estar.

Outro destaque foi o início de atendimento de auriculoterapia. Até o momento, foram realizados 1.850 atendimentos pela psicóloga Eunice Carvalho. Quem se consultou e aprovou o recurso terapêutico da medicina alternativa foi Carlos Vasconcelos, supervisor do Protocolo. “Eu gastava mensalmente com remédios para gastrite e depois que comecei o tratamento melhorei demais! Como funcionou pra mim, trouxe minha esposa para se consultar também”, atestou.

O tratamento é realizado em consultas semanais. “Esse primeiro ano foi significativo, estamos atendendo uma média de 80 pessoas semanalmente e temos uma lista de espera de 72 pessoas. Esse público passou a procurar o serviço, porque viram que os pacientes estão tendo resultado, já que o tratamento trata a parte orgânica e emocional”, disse a psicóloga.

No Centro Médico do TJAC, houve mais de 8.141 mil atendimentos em 2019. De acordo com os dados do relatório anual, foram 1.219 consultas médicas, 1.306 com o fisioterapeuta, 837 pelo odontólogo, 874 pela psicóloga, 1.686 pelas enfermeiras, 369 pela assistente social e as 1850 da auriculoterapia. O agendamento de qualquer um destes atendimentos ocorre pelo (68) 3226-1998.

O gerente Leopoldo Pina ressaltou ainda a proatividade da equipe de saúde. “Começamos a realizar Blitz Saúde e todas as sextas-feiras revezamos as equipes no Fórum Barão do Rio Branco, Juizados Cíveis e Criminais, facilitando o acesso ao atendimento e testes rápidos”, disse.

A Gevid é atuante e está presente na rotina da instituição, já que integra diversas ações e campanhas, a exemplo o Projeto Cidadão. A unidade esteve presente em todas as edições da atividade, colaborando para a iniciativa que é voltada para comunidades em vulnerabilidade. Recentemente, a contribuição e relevância dos serviços prestados foi reconhecida pela desembargadora Eva Evangelista.

Outras ações foram durante as campanhas para doação de sangue, para prevenção a H1N1, Dia da Amazônia, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. Neste último, foi promovida a Cicleata Azul, que levou a mobilização para fora da estrutura institucional e teve a adesão de familiares, amigos e atletas amadores.

Por fim, a realização de feiras orgânicas, projeto Horta Compartilhada e Farmácia Viva, também integram as iniciativas para a promoção de qualidade de vida no TJAC.





UNACON

Presidência do TJAC reforça ações de compromisso social

Além da missão de combater crimes e a injustiça, uniformizar a jurisprudência, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) tem executado cada vez mais o compromisso social perante a comunidade. No ano de 2019, a atual gestão do Poder Judiciário Acreano descentralizou demandas voltadas a cidadania para que cada coordenadoria pudesse se empenhar na promoção e efetivação dos direitos humanos.

Foram diversas ações educativas nas escolas, universidades, igrejas, entidades sociais, entre outros locais, levando informações de combate à violência, sobre a importância da sustentabilidade, direitos e deveres do cidadão. E já no final do segundo semestre, uma das principais ações que reafirmam o compromisso social da Presidência do TJAC foi o início do projeto para a reforma do Hospital do Câncer do Acre (Unacom).

“É dever do Estado? Sim, é dever do Estado. Mas não nos custa nada ajudar a prover as condições que aquelas pessoas merecem. Vamos fazer isso.”

Desembargador Francisco Djalma.



A ideia para ajudar na reforma da unidade hospitalar surgiu quando o desembargador-presidente visitou o local para marcar o encerramento da campanha Outubro Rosa do Poder Judiciário Acreano, com a entrega de lenços arrecadados por magistrados e servidores às mulheres em tratamento de câncer. Ao constatar as condições precárias do lugar, com obras inacabadas, causando mais riscos aos pacientes, o desembargador-presidente decidiu mobilizar a classe empresarial para cada um apadrinhar uma ala e terminar a reforma.

“Somos defensores das garantias fundamentais e da dignidade da pessoa humana, atuando na construção permanente de uma sociedade mais justa, livre, próspera e solidária”, afirmou.

Um grupo foi criado para definir o andamento das ações, discutir orçamento e mobilizar os recursos para a obra. As discussões estão avançadas e devem gerar resultados em breve.



OPORTUNIDADE PARA TODOS

Pessoas com síndrome de Down têm oportunidade de emprego no TJAC

Com o propósito de ampliar o alcance da inclusão social no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), a instituição realizou parceria com o Centro de Atendimento Especializado Dom Bosco para a admissão de pessoas com deficiência em seu quadro funcional, uma vez que nos processos seletivos realizados não houve aprovados nessa cota.

O estágio é o caminho do primeiro emprego para muitos jovens e não foi diferente para as duas novas servidoras, que iniciaram na instituição em maio deste ano. Raíssa Braga atua na Academia do Servidor, localizada no Centro Médico do TJAC, e cursa Educação Física na Universidade Federal do Acre.

No turno vespertino, a estagiária auxilia os alunos nos equipamentos, orienta acerca do uso da estrutura, bem como sobre a postura correta na execução dos exercícios. Contratada há dois meses, já detém propriedade sobre a rotina de musculação. Aos que desejam ser fitness, ela já alerta que os treinos se iniciam com aquecimento na esteira.

Competente e extrovertida, a estagiária coopera com os educadores no atendimento diário. Atualmente, a academia possui cerca de 120 alunos matriculados. “Essa é minha primeira experiência profissional, eu gosto do que faço”, resumiu.



“

*Eu gosto de trabalhar aqui.
É importante para mim.*

”

Rayane dos Santos

Já Rayane dos Santos está estagiando no Palácio da Justiça. Ela concluiu o Ensino Médio com 19 anos e só agora, aos 30 anos de idade, conseguiu seu primeiro emprego. Contribuindo com a Gerência de Acervos, ela apoia a rotina da estrutura histórica, desde a recepção até as tarefas administrativas.

A responsável pela gerência do museu, Ana Lúcia Cunha, elogiou a servidora. “Ela é muito responsável, pontual, não falta ao trabalho. Ela está amadurecendo com as responsabilidades que repassamos e, da mesma forma, nós também fomos incluídos nesse processo de aprendizado”, disse.

A colaboradora está sendo treinada para condução de visitantes. “Quando ela tiver se apropriado mais da história do TJAC, poderá guiar os visitantes e turmas de alunos que costumam vir ao museu”, salientou Ana Lúcia.



REFORMA DO FORUM DE SENA

Dois dias depois de fazer 115 anos, Sena Madureira recebe Fórum reformado

Com 33 anos de serviço no Poder Judiciário, especificamente na Comarca de Sena Madureira, Lurdes Diniz da Cruz, 68 anos, prestigiou, em setembro de 2019, a entrega da reforma do Fórum do município, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Francisco Djalma.

A reforma do Fórum, que leva o nome de Desembargador Ferreira Vieira, é fruto de uma parceria do TJAC com a Prefeitura e apoio da Câmara de Vereadores. Poderes também representados na solenidade, pelo prefeito Mazinho Serafim, e o vereador que preside o legislativo municipal, Alípio Gomes. E representando todos os servidores do lugar, participou o diretor do Foro, juiz de Direito Fábio Farias.

A Comarca de Sena Madureira é um capítulo importante na história do Poder Judiciário do Acre, afinal, foi o primeiro Tribunal de Apelação do Acre, assim que ocorreu a primeira organização judiciária. E entregar as instalações após a reforma é uma demonstração do compromisso da atual gestão com uma prestação jurisdicional adequada para melhor atender a sociedade, e também com os seus servidores.

Participaram ainda do ato os promotores Daisson Teles e Juliana Hoff, representando o Ministério Público Estadual, o defensor Gerson Boaventura em nome da Defensoria Pública, Ulisses

Da Ávila, pela Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Acre, major Michel Casagrande, do Comando da Polícia Militar, e do Corpo de Bombeiros, Tenente Juscelino, assim como o delegado de Polícia Civil, Marcos Frank, o juiz de Direito, Edinaldo Muniz, e a deputada Estadual, Meire Serafim.

Em sua fala de boas vindas como anfitrião do lugar, o diretor do Foro, Fábio Farias, agradeceu ao desembargador Djalma, ressaltando que a gestão atual do TJAC atendeu os anseios de todos os servidores e da população com a reforma do local, e ressaltou a importância da parceria institucional. “Se exige no momento de crise que nos reinventemos e essa reforma é uma prova disso, tudo com a desburocratização e solidariedade entre os poderes e, claro, de forma legal, é o que tornou essa obra possível”, disse.

O presidente Francisco Djalma fez questão de prestar uma homenagem ao prefeito Mazinho, lhe entregando um certificado de agradecimento, e também falou da importância do apoio da Câmara de Vereadores para que a reforma fosse possível. “O Poder Judiciário agradece imensamente pelo apoio do prefeito e da Câmara. A palavra é gratidão, e são parcerias como essa que nos engrandece, pois assim poderemos atender melhor nosso jurisdicionado, e com boas condições de trabalho ao servidor. Estamos juntos nessa empreitada sempre que o foco for o bem da comunidade”, ressaltou.

Mazinho Serafim falou que a reforma do Fórum é um importante presente para a cidade que fez 115 anos no último dia 25. “É uma satisfação contribuir com o Judiciário e seus servidores, e assim também com a população”, disse. O presidente da Câmara, também comentou da alegria em a cidade ter o Fórum reformado e disse que a Casa Legislativa está aberta para parceria.

A servidora com 33 anos de casa, Lourdes, foi a responsável em mostrar como ficaram as instalações após a reforma. Ela conduziu o presidente, que fez questão de ir a todas as salas cumprimentar os servidores. “Quando eu cheguei aqui eram apenas três servidores, mas vim cedida da prefeitura. Depois fiz o concurso e passei, e já são 33 anos de trabalho”, contou a servidora.

Relembrando de quando chegou, Lourdes lembrou das muitas dificuldades enfrentadas, e disse que hoje o Fórum é um lugar com estrutura agradável para trabalhar e com uma equipe maior e dedicada. “É um prazer imenso acompanhar essa história toda, me sinto muito alegre e feliz em ver essa evolução”, ressaltou.



VISITA AO INTERIOR

Presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, visita comarcas de Epitaciolândia e Brasileia

O presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargador Francisco Djalma, visitou, as comarcas de Epitaciolândia e Brasileia. Essa é a primeira vez, após assumir o cargo majoritário do Poder Judiciário Acreano, que o presidente visita as unidades jurisdicionais do Alto Acre.

A visita teve a finalidade de elaborar um levantamento das estruturas físicas das unidades para possíveis reformas, ouvir juízes e servidores das comarcas.

Acompanhado dos diretores de Gestão Estratégica, da Regional do Vale do Alto Acre, e de servidores da área de engenharia, o presidente também fez entrega de computadores ao Fórum da Comarca de Brasileia, que serão levados ao Instituto Socioeducativo do Alto Acre (ISE) para serem utilizados em aula de informática pelos reeducandos.

“ Queremos oferecer espaços apropriados para atendermos aos jurisdicionados e servidores. O levantamento é para saber as necessidades de cada local e iniciarmos, dentro das nossas condições, o que é de urgência. ”

Desembargador Francisco Djalma



Na oportunidade, o desembargador-presidente se reuniu com o prefeito de Epitaciolândia para possíveis parcerias e assinou um Termo de Cooperação com a Prefeitura de Brasileia para diversas atividades, entre elas, a manutenção dos serviços de combate a violência.



COGER

Instituído Semana Estadual de Audiências Temáticas nas unidades criminais

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), por meio da Corregedoria-Geral da Justiça (Coger), em Ordem de Serviço (001/2019), publicada na edição 6.353 do Diário da Justiça Eletrônico, instituiu a Semana Estadual de Audiências Temáticas nas unidades criminais de entrância inicial e final.

Para a medida, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, conforme consta do documento, considerou a “necessidade constante de melhoria da prestação jurisdicional com vistas à redução do tempo de duração dos processos”.

Segundo a ordem de serviço, durante uma semana, as unidades judiciais com competência criminal genérica realizarão audiências de processos relacionados aos crimes contra o patrimônio, preferencial e prioritariamente de processos relacionados aos crimes de furto, roubo e extorsão.

Ainda nesse sentido, o documento aponta que, inexistindo processos relacionados aos crimes de furto, roubo e extorsão, a pauta poderá ser preenchida com os demais crimes contra o patrimônio: dano, apropriação indébita, estelionato, receptação, cujos processos dependam de realização de audiência de instrução.

No mesmo expediente, a Coger estabelece os meses de junho, agosto e setembro para realização da Semana Estadual de Audiências Temáticas

§

Corregedoria-Geral da Justiça apresenta propostas voltadas às Serventias Extrajudiciais na Aleac

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, esteve reunido com os deputados estaduais, representantes das Comissões de Constituição e Justiça; Orçamento e Finanças; e de Serviço Público, para apresentar as medidas propostas pelo Poder Judiciário voltadas às Serventias Extrajudiciais. O encontro ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado do Acre (Aleac).

Das quatro propostas apresentadas, três foram favoráveis para aprovação, por parte dos parlamentares. Uma delas trata da criação do Fundo Especial Registral de Regularização Fundiária de Interesse Social (FERRFIS), que, segundo o corregedor-geral, é importante ser aprovada por constituir uma providência vital para a continuidade das ações tendentes à regularização fundiária por interesse social, em benefício das famílias de baixa renda do Estado.

A segunda proposta se refere a alteração do Artigo 35, §1º, da Lei Estadual nº 1.805/2016, que dispõe sobre a ordem de prioridade para os ressarcimentos providos pelo Fundo Especial de Compensação (FECOM). Nesse caso, de acordo com o corregedor-geral, os recursos financeiros existentes no Fundo Especial de Compensação tornaram-se insuficientes para honrar os pagamentos a que se destina o nominado fundo, estabelecendo-se uma situação de déficit. A alteração garante que o custeio da Complementação de Renda Mínima tenha prioridade sobre o ressarcimento dos atos gratuitos, garantindo-se a continuidade dos serviços cartorários não apenas na capital, mas também no interior do Estado.



Já o terceiro ponto é voltado à alteração de tabela de emolumentos visando contemplar o serviço extrajudicial antes da lavratura do Protesto, nas hipóteses de quitação da dívida dentro do tríduo legal; para intermediação de renegociação de dívidas no âmbito dos Cartórios de Protestos, sessões de conciliações e mediações, realizadas pelos Serviços de Notas e de Registros do Estado do Acre, bem como alterar os parâmetros relativos aos atos de desistência de apontamento e/ou sustação de protesto (fixo para faixa).

Foi discutida ainda a proposta de criação de novas faixas nas tabelas das Serventias de Imóveis e Tabelionatos de Notas, que não teve consenso e ficará para ser discutida de forma mais amadurecida em outra oportunidade.

Acompanhado do gerente de Fiscalização Extrajudicial, Rodrigo Oliveira, o corregedor-geral destacou que rotineiramente o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) traz inovações como, por exemplo, os padrões mínimos de segurança da tecnologia e da informação; a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos; acréscimos legais e demais despesas; os procedimentos objetivando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, que implicam na necessidade de modernização dos cartórios, e que o objetivo da Coger é adaptar essas questões e compatibilizar os investimentos que os delegatários terão com a implementação dessas inovações.

§

Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça determina que cartórios enviem certidões negativas semestralmente

A Corregedoria-Geral da Justiça (COGER) publicou Provimento nº 17/2019 onde inclui o § 8º ao artigo 23 do Provimento da Coger nº 10/2016 que instituiu o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registros do Estado do Acre, para que os titulares/delegatários enviem, semestralmente, à Corregedoria, certidões negativas.

No provimento, o órgão fiscalizador determina os envios da certidão negativa de débitos referentes aos encargos previdenciários e trabalhistas, incluindo-se, entre estes, a comprovação de recolhimento do FGTS relativa aos empregados do serviço; certidão de regularidade fiscal emitida pela Receita Federal e certidão de regularidade fiscal emitida pelo Município sede do serviço.

A decisão entrará em vigor a partir do dia primeiro de janeiro de 2020 e os documentos devem ser enviados até o dia 30 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

Procurações com excedentes e em causa própria

A Coger também publicou o Provimento nº 16/2019 referente às procurações com excedentes e em causa própria.

Com a alteração, os artigos 379 e 383 passam a vigorar sendo obrigatório aplicar à tabela 5-D, item 3, sempre que houver mais de um outorgante, independente de se tratar pessoas casadas ou que convivem em união estável e, na tabela 5-A, aplicar na procuração em causa própria que autoriza o procurador a transferir bens e imóveis, respectivamente.

Compete à Coger orientar, fiscalizar e propor medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços extrajudiciais. Nos provimentos alterados, o órgão leva em consideração que o dever do recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da relação de trabalho é um dever do delegatário, devendo primar pela regularidade e pontualidade. Além ainda de considerar a omissão interpretativa quanto a correta cobrança de emolumentos e fundos nos casos de procurações em causa própria que autoriza o procurador a transferir bens e imóveis.

§

Atualização na Lei nº 1.422 das custas processuais é sancionada

O Poder Judiciário do Acre avança na gestão financeira, com a sanção das atualizações na Lei nº 1.422, que dispõe sobre o Regimento das custas processuais. A renovação de alguns dos dispositivos da lei de 18 de dezembro de 2001, possibilita a ampliação do acesso à Justiça.

“Nós tínhamos uma lei de custas que estava defasada em relação aos outros estados da fe-

deração, a última modificação foi feita em 2006. Essa atualização vai ajudar a administrar a instituição, conferindo mais qualidade aos serviços jurisdicionais prestados. Nesse processo, foi importante a atuação da Assembleia Legislativa do Estado do Acre e a celeridade do governo”, comentou o desembargador-presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), Francisco Djalma.

Atualização

O projeto de Lei nº 91/2019 de autoria do Poder Executivo, foi sancionado pelo governador em exercício, Major Rocha. Participaram também do momento, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, a decana da Corte de Justiça, desembargadora Eva Evangelista, os desembargadores Roberto Barros, Denise Bonfim, Regina Ferrari e Luís Camolez, e o secretário da Casa Civil Ribamar Trindade.

Uma das alterações na lei sobre o Regimento de Custas do Poder Judiciário foi em relação a taxa de diligência externa, que visa compor o custeio das despesas operacionais, geradas durante a prestação dos serviços jurisdicionais, como cumprimento de mandados, citações, notificações e outras diligências externas. Foi revisto também o valor do processo para quando acontecer conciliação, o que facilitará a promoção de acordos.

O corregedor-geral da Justiça discorreu que as modificações da lei permitem a melhoria da gestão orçamentária. “As alterações são fruto de um trabalho de articulação entre as instituições públicas. Com a sanção da atualização da lei haverá aprimoramento dos serviços judiciais”, explicou o desembargador Júnior Alberto.

§

Poder Judiciário e Procuradora-Geral de Rio Branco assinam Termo de Cooperação para dar maior celeridade nos andamentos dos processos

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, recebeu a procuradora-geral do Município de Rio Branco, Raquel Albuquerque, e o procurador Waldir Gonçalves, para tratarem sobre a integração da Procuradoria-Geral do Município no sistema e-SAJ. A reunião ocorreu no gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça (Coger), na Sede Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

Na oportunidade, foi discutida a assinatura de um Termo de Cooperação entre o Poder Judiciário Acreano e a Procuradoria-Geral do Município, que deve ser assinado nos próximos dias, para essa modalidade de serviço, além da realização de uma videoconferência entre a Procuradoria-Geral do Município com a Diretoria da Tecnologia da Informação (DITEC) do TJAC e a empresa Softplan.

Foi abordado a execução de um programa piloto, para viabilizar a integração do Município de Rio Branco ao e-SAJ a partir do Juizado Especial da Fazenda Pública para, após a fase de teste, ser estendida às demais unidades. Uma das vantagens será o recebimento de citações e intimações via eletrônica.



“Essa integração permitirá o posicionamento direto dos procuradores no E-SAJ e também as citações e intimações. Nosso objetivo é trazer maior celeridade nos andamentos dos processos”, disse o corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto.

Acompanharam a reunião representantes da Assessoria Jurídica da Coger, Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) e (DITEC).

§

Provimento da Corregedoria-Geral da Justiça busca evitar cometimento de fraudes no INSS

A Corregedoria-Geral da Justiça (Coger) publicou, na edição nº6.383 do Diário da Justiça Eletrônico, o Provimento nº09/2019, que visa evitar o cometimento de fraudes contra o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), tais como, o pagamento de benefícios após óbito de segurados e o uso do cartão do beneficiário por terceiros.

Para tanto, o documento estabelece o prazo de um dia útil para que as Serventias Extrajudiciais comuniquem pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), ou por meio de outro que possa vir substituir esse, os registros de natimortos, casamentos, óbitos, averbações, anotações e retificações, registrados nos Ofícios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais.

O Provimento da Coger nº10/2016, que atualizou e revisou o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registros do Estado do Acre, em seu inciso IV, do artigo 632, tinha fixado que essas informações deveriam ser feitas mensalmente até o dia 10 do mês subsequente. Contudo, esse dispositivo foi revogado e agora é incluído o artigo 632-A, estipulando o novo prazo.

A alteração considera que: “para os municípios que não dispõem de provedor de conexão à internet ou de qualquer meio de acesso à internet, fica autorizada a remessa da relação em até

cinco dias úteis”. O Provimento ainda elenca quais informações devem ser obrigatoriamente informadas nos comunicados de registros de nascimento, de natimorto, óbito e casamento.

Caso as determinações não sejam cumpridas, o titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais sofrerá as penalidades previstas em lei, além de ação regressiva proposta pelo INSS em razão dos danos sofridos. Mas, o documento, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, concede o prazo de 90 dias para as Serventias Extrajudiciais se adaptarem para cumprirem o provimento.

§

Regras para autorização judicial de viagens de crianças e adolescentes são atualizadas no Acre

A Corregedoria-Geral da Justiça do Acre tornou pública as novidades para autorização judicial de viagem de crianças e adolescentes. As alterações na regulamentação garantem mais efetividade à proteção dos infantes. O Poder Judiciário alerta que as atualizações se referem a viagens nacionais, ou seja, intermunicipais e interestaduais.

As novas regras já estão valendo. O Provimento nº 3/2019, que alterou o Código de Normas dos Serviços Judiciais do Estado do Acre entrou em vigor quando foi publicado na edição nº 6.338 do Diário da Justiça Eletrônico (pág. 146-148).

O desembargador Júnior Alberto, corregedor-geral da Justiça, assinalou que o objetivo é padronizar os procedimentos e deixar cada vez mais claro para a população as informações sobre quais situações necessitam do requerimento de autorização judicial e assim, evitar transtornos no momento da viagem.

Na publicação, foi esclarecido que as atualizações fundamentam-se nas modificações implementadas pela Lei nº 13.812/2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Em decorrência desta, foram alteradas as regras sobre autorização judicial para viagens previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O que mudou?

Para a faixa etária de 16 a 18 anos incompletos, ficou estabelecido que não é preciso de autorização judicial para viajar dentro do Brasil. Isso vale tanto para quando esses adolescentes tiverem acompanhados, ou desacompanhados dos pais. Entretanto, deve esse estar munido de seus documentos pessoais.

As demais alterações referem-se ao deslocamento de menores de 16 anos, que sempre devem viajar acompanhados de responsáveis. Contudo, o diferencial está nas circunstâncias em que pode ser dispensada a autorização judicial.

É dispensado quando a criança ou adolescente de até 16 anos de idade estiver acompanhado e a viagem for dentro do estado, entre municípios. Então, para o embarque em viagem terrestre ou aérea será exigido apenas os documentos originais ou cópias autenticadas do acompanhante e da criança/adolescente.

É obrigatória a autorização para viagem quando o menor de 16 anos estiver acompanhado por terceiros. Assim, além da Certidão de Nascimento, o acompanhante deve apresentar a autorização outorgada pelos pais, guardião ou tutor.

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre tem disponível em seu portal – www.tjac.jus.br – os modelos de formulários eletrônicos para viagem. Baixe e preencha os modelos de autorização.

Tenho a autorização judicial, tudo ok?

A autorização judicial deve estar em duas vias originais, assinadas e autenticadas no cartório. Uma via fica retida com o funcionário da empresa de transporte terrestre ou aéreo, podendo ser também ser solicitada por agentes fiscalizadores da Polícia Federal, e a outra via permanece com o acompanhante.

Vale ressaltar que a autorização judicial tem prazo de validade. Se não estiver explícito no documento, vale 90 dias. Inclusive, a pedido dos pais é possível conceder autorização válida por dois anos.

Outras situações

Quando não for possível obter a assinatura de ambos os pais na autorização judicial, será necessário procurar o Juízo da Infância e Juventude com antecedência. Um exemplo é quando os pais não estão de acordo quanto à permissão para viajar. Para essas demandas há um formulário específico destinado ao juiz.

Em Rio Branco, as Varas da Infância e Juventude estão localizadas na Cidade da Justiça, no prédio do Fórum dos Juizados Cíveis, localizado na Rua Paulo Lemos de Moura Leite nº 878, Portal da Amazônia. Nos municípios, essa unidade judiciária está localizada nos respectivos fóruns.

Se um dos pais for falecido, o outro poderá autorizar a viagem, desde que se apresente a certidão de óbito daquele, expedida pelo cartório de registro civil das pessoas naturais (não serve declaração de óbito do serviço funerário nem a guia de sepultamento).

Por fim, é importante destacar que foram mantidas as definições para deslocamentos internacionais.

§

Tribunal de Justiça do Acre treina tabeliões para aumentar eficiência de cartórios

Os cartórios do Acre estão em plena fase de modernização. O Sistema Extrajud foi instalado, ou seja, o fluxo dos dados das serventias extrajudiciais de todo o Estado foi integrado pelo uso do software. A inovação tem o principal objetivo de aumentar a eficiência dessa atividade, por isso o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) ofereceu capacitação.

Para tanto, a Corregedoria-Geral do TJAC convocou todos os responsáveis pelos serviços notariais e de registro para se capacitarem para o uso do programa. O aprendizado reuniu, na Escola do Poder Judiciário, os delegatários, interinos e servidores das 31 unidades em atividade no Acre.

O desembargador Júnior Alberto, corregedor-geral da Justiça, destacou que o software foi desenvolvido pela equipe de tecnologia da informação do TJAC e a meta é obter excelência na sua operacionalidade.

“Estamos dando continuidade a uma medida compromissada, que se iniciou em gestões anteriores. Vamos avançar para que seja alcançado um novo patamar na qualidade do atendimento ao cidadão, transparência, segurança jurídica e eficiência”, declarou o corregedor.



Diálogo transversal

Desde o início da nova gestão do TJAC, já foram realizadas correições em várias Comarcas. Nessa oportunidade foi possível adquirir um conhecimento aprofundado da realidade local, bem como consolidar um balanço do trabalho desenvolvido.



As inspeções somaram-se ao constante diálogo desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça e foi assim que se percebeu a necessidade de um treinamento. A oportunidade foi muito bem aproveitada pelos participantes, que esclareceram suas dúvidas, conheceram detalhes das ferramentas e apontaram sugestões para os desenvolvedores.

Modernizando rotinas

O facilitador Igor Oliveira, um dos desenvolvedores da equipe técnica do TJAC, explicou as funcionalidades do ambiente virtual. Ele garantiu que a interface do Sistema Extrajud é intuitiva e cumpre a missão de simplificar a rotina notarial, automatizando tarefas.

Nessa sistematização, o estoque de selos (usados para conferir autenticidade aos documentos), o andamento dos atos, relatórios e o conhecimento de fundos pendentes estão explícitos para o usuário, soluções tecnológicas para otimizar o controle dos procedimentos.

Além de poder transmitir informações e organizar a contabilidade da serventia extrajudicial, é possível ainda fazer consultas, receber atualizações e avisos da Corregedoria.

§

Poder Judiciário Acreano disponibiliza link para consulta de índices de produtividade

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da Corregedoria-Geral da Justiça (Coger), disponibilizou link (<https://www.tjac.jus.br/jusplan2.o/>) no qual é possível consultar índices e relatórios estatísticos de produtividade jurisdicional da Justiça Acreana, tanto das Comarcas da capital quanto do interior do Estado.

O sistema chamado Jusplan – 2.0 vem sendo desenvolvido desde 2014 e operava de forma interna, mas agora está acessível para qualquer pessoa interessada em acompanhar o desempenho jurisdicional do Poder Judiciário Acreano. A ferramenta oferece gráficos, tabelas e relatório descritivo interpretando os dados.

Fruto da ação conjunta da Coger, do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NUEGE) e da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec), o produto tem objetivo de garantir publicidade e transparência e ainda possibilita a realização de pesquisas com aplicação de filtros de consulta.

Os relatórios estatísticos são feitos com base nas informações extraídas do SAJ-Est e SAJ-PG, sendo alimentado de forma contínua pelo NUEGE, que até o dia cinco do mês subsequente postará dados de produção do mês anterior.

Com o acervo de informações disponibilizadas pelo sistema, o TJAC também almeja aprimorar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de garantir ao cidadão acreano agilidade e qualidade na prestação dos serviços judiciários.

§

TJAC elabora minuta para criação de lei estadual

Corregedoria-Geral da Justiça elaborou uma minuta de Projeto de Lei para criação de fundo para ressarcimento de ato gratuito lavrado pelo Ofício de Registro de Imóveis, decorrentes de regularização fundiária, com valores provenientes de fundo federal. O órgão encaminhou ofício ao presidente da Corte de Justiça, desembargador Francisco Djalma, para envio ao executivo, para que proceda, posteriormente, o encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC).

O objetivo do fundo, segundo explica o corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, repousa na possibilidade de garantir os recursos necessários à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, mediante o ressarcimento de emolumentos correspondentes aos atos registraes dessa regularização.

“É notório, no âmbito do Estado do Acre, que as políticas públicas até então implementadas, voltadas à regularização fundiária, apresentaram excelentes resultados, promovendo em grandes proporções cidadania à população, mas precisamos avançar. Importante esclarecer que além das ações realizadas pela administração pública, na esfera estadual ou municipal, a regularização fundiária somente se aperfeiçoa com a lavratura dos atos registraes que ocorrem no âmbito do Ofício de Registro de Imóveis”, explicou.

Ele destaca ainda que os atos de registros lavrados nas Serventias Extrajudiciais, relativos às regularizações fundiárias, realizadas no Estado do Acre até o ano de 2018, foram ressarcidos com verbas do Fundo Especial de Compensação.

“No entanto, a partir de 2019, houve desequilíbrio financeiro no referido fundo e os ressarcimentos de atos notariais e de registro passaram a obedecer a regras de negócios, provenientes estabelecidos para os casos de déficit financeiro do fundo. Com isso, os registros de imóveis foram temporariamente excluídos do rol de beneficiários dos ressarcimentos”, destacou.

O desembargador reforça também que a aprovação do Projeto de Lei assegura a continuidade da prestação dos serviços extrajudiciais pelos Ofícios de Registros de Imóveis do Estado do Acre, garantindo, assim, que mais famílias sejam beneficiadas com a regularização fundiária.

§

Plano de ação para o descarte ou a guarda permanente de processos

Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Acre concluiu, durante reunião de trabalho, conduzida pelo vice-presidente da Corte, desembargador Laudivon Nogueira, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, o plano de ação para o descarte ou guarda permanente dos processos judiciais e administrativos, no âmbito do Poder Judiciário Acreano.

Durante a reunião, a preservação de processos históricos, a partir de parâmetros que contemplarão um manual de gestão documental, com a devida temporalidade, a ser criado, foi um dos principais eixos discutidos.

Também ficou definido, que, vencidas todas as etapas da ação e publicada a norma que irá definir critérios para o descarte ou guarda permanente dos processos, a prática será iniciada pelo acervo da Comarca de Brasília.

Da reunião de trabalho, também participaram o juiz-auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça (COGER), Leandro Gross, o diretor de Tecnologia da Informação, Raimundo José, a gerente de Acervos da Diretoria de Informação Institucional (GECOM-DIINS), Ana Cunha, e assessores da COGER e Vice-presidência do TJAC.

§

Corregedoria-Geral da Justiça altera provimento quanto aos procedimentos de juntada de petições intermediárias

A Corregedoria-Geral da Justiça alterou os procedimentos de juntada de petições intermediárias. O Provimento nº 14 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (fl. 114). A alteração ocorre após estudos realizados no órgão e consulta a todos os magistrados de primeiro grau.

“Observamos que o sistema atual necessita de aprimoramento para se tornar mais célere e eficaz. O atual Sistema de Automação Judiciária dispõe dessa ferramenta, que é a juntada automática das petições intermediárias”, disse o corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto.

Ele explica que antes da edição do provimento, os operadores de direito que tivessem alguma petição intermediária para apresentar ao juízo, realizavam o peticionamento eletrônico e essa petição ficava na secretaria aguardando análise.

“Identificamos que esse procedimento estava causando certo atraso nessas juntadas, além de envolver esforço de mão de obra para realizar uma tarefa que poderia ser automatizada. Com a alteração do provimento, o documento vai diretamente para os autos e o magistrado pode impulsionar sem muita espera”, enfatizou.

O desembargador destaca que apenas em duas situações não serão possíveis a utilização da nova modalidade, os processos arquivados ou em grau de recursos.

Em relação as transições que aguardam a juntada, ele explica que foram identificadas duas mil petições em secretaria, somente na capital. Com isso, foi estabelecido um prazo de quinze dias, contando a partir da publicação do provimento, para que as unidades se adaptem e promovam um esforço concentrado para que todas as petições, aguardando juntada, sejam inclusas nos autos digitais.

§

COGER disciplina procedimento e fluxo nos casos de busca e apreensão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

Provimento nº 10/2019 da Corregedoria-Geral da Justiça (COGER), do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, disciplinou o procedimento e fluxo nos casos de busca e apreensão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

De acordo com a norma, na busca e apreensão de criança ou adolescente deferida em caráter antecedente ou incidental nos procedimentos ajuizados nas Varas da Infância e da Juventude, para salvaguarda de sua incolumidade e preservação de seus superiores interesses, com suspensão do poder familiar, e concessão da guarda judicial provisória ou definitiva ao autor da ação, a Unidade Judicial deverá empreender prioridade em caráter de urgência na tramitação do referido processo.

Nesse sentido, segundo o Provimento lavrado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Júnior Alberto, sendo necessária a audiência de justificação e não sendo possível a efetivação do ato processual no mesmo dia, competirá ao juiz efetuar a designação e a realização da audiência no prazo máximo de 48 horas.

O documento aponta que, expedido o mandado de busca e apreensão ou de intimação para à audiência de justificação, caberá à Central de Mandados (CEMAN) efetuar a imediata distribuição deste ao oficial de Justiça plantonista para o cumprimento, em regime de urgência.

Frustrado o cumprimento do mandado de busca e apreensão por falta de localização da criança ou adolescente, o Provimento determina que o oficial de Justiça certifique e devolva o mandado no mesmo dia, devendo a secretaria da Unidade Judicial fazer a imediata conclusão ao magistrado.

O documento aponta ainda que, “apesar da investigação do desaparecimento de criança e adolescente ser atribuição da Autoridade Policial, se o Magistrado reputar necessário deverá oficiar aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido, conforme determina a Lei nº 11.259/2005”.

Determina também que, com a implantação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, o juiz deverá determinar a inscrição do nome da criança ou adolescente. Nesse sentido, até que seja ultimado o lançamento do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, o magistrado deverá determinar a inscrição do nome da criança ou adolescente no cadastro disponibilizado pelo Ministério da Justiça no site (<https://desaparecidos.mj.gov.br/>), nos termos da Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009.

Não menos importante, o documento assevera que, enquanto perdurar o desaparecimento da criança ou do adolescente, o magistrado deverá atualizar a movimentação processual a cada bimestre e renovar, sempre que necessário, os ofícios encaminhados às Autoridades Públicas.

Palestra com Robert Alexy: Evento com filósofo do Direito reúne centenas de pessoas em Rio Branco

Representantes e membros de seis instituições compareceram ao evento com um dos maiores pensadores do Direito da atualidade.

Embora espaçoso, o Auditório do Centro Universitário Unimeta se tornou pequeno diante da grandeza da palestra do professor PhD Robert Alexy, um dos mais influentes pensadores do Direito da atualidade. Centenas de pessoas estiveram no local no mês de agosto de 2019, incluindo representantes e membros das seis instituições realizadoras.

Os desembargadores Francisco Djalma e Roberto Barros, presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e diretor da Escola do Poder Judiciário (Esjud), respectivamente, compuseram o dispositivo de honra; integrado ainda pelos chefes do Ministério Público Estadual (MPAC), Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre.



Os desembargadores Pedro Ranzi, Samoel Evangelista, Waldirene Cordeiro, Regina Ferrari, Laudivon Nogueira, Élcio Mendes e Luís Camolez prestigiaram a atividade, à qual também compareceram diversos juízes de Direito, servidores do 1º e 2º Grau, bem como operadores do Direito.

A iniciativa teve ainda o apoio da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), Associação do Ministério Público do Acre (Ampac) e da Unimeta.

Coube ao promotor de Justiça Glaucio Shiroma fazer as honras ao convidado ilustre, saudando o pesquisador alemão. “É um imenso prazer estarmos aqui, após um trabalho hercúleo que tornou possível este empreendimento. Não tenho dúvidas de que este é o maior evento jurídico da história do Acre, o que nos engrandece. Agradeço a todas as instituições parceiras pelo envolvimento, por termos dado as mãos para viabilizar esta ação”, afirmou. O representante do MPAC procedeu com a leitura do currículo do facilitador.

“Fizemos questão de vir ao Acre porque acreditamos que o Brasil é um só. O nosso objetivo é difundir a teoria do professor Robert Alexy, para que o maior número de pessoas seja alcançado, conheça e compreenda a sua elevada contribuição científica. Também para que existisse este contato direto com o autor, oportunidade singular para interação coletiva”, explicou o professor Rogério Nery, da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), que foi o tradutor e intérprete simultâneo da palestra. Ele é PhD em Direitos Fundamentais pela Universidade de Paris.

A palestra

Antes de dar início à palestra “Diálogos sobre Direitos Fundamentais: o Sistema de Robert Alexy”, o pesquisador assinalou a “honra e alegria” de estar na região amazônica.

Em tom didático, o professor discorreu sua teoria, a qual foi adotada em seu país de origem no início, mas que se espalhou pelo mundo afora, inclusive, no Brasil, influenciando decisões de diversos tribunais, como o Supremo Tribunal Federal (STF).

O jurista apresentou o escopo de suas principais obras (são mais de 20), “Teoria da Argumentação Jurídica” (1978) e “Teoria dos Direitos Fundamentais” (1984), ambas consideradas clássicas da Teoria do Direito. Além de falar sobre os direitos fundamentais, destacou a relevância dos direitos sociais e do uso de uma fórmula matemática no contrabalanceamento dos princípios.

“O professor Robert Alexy é realmente um gênio. Além disso, impressiona pela disposição física e prazer imensurável de transmitir os seus conhecimentos. Estou sentindo uma tripla honra: ter ajudado a viabilizar a vinda do professor, junto com outras instituições, ter sido ajudado pela equipe sensacional da Esjud e ter assistido à palestra”, ressaltou o desembargador Roberto Barros em tom gratificante.

A obra de Robert Alexy influenciou grandes transformações no Direito Contemporâneo, razão pela qual sua palestra em solo acreano se revestiu de tamanha relevância para os profissionais da área. O reconhecimento ao seu trabalho é atestado pelo recebimento de vários títulos Honoris Causa em muitas universidades pelo mundo, algumas do Brasil e a publicação de suas obras em mais de 20 línguas.



Esjud avança em ações educativas Projeto Pedagógico

Com a aprovação e implementação do Projeto Pedagógico (PP) em 2019, a Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre (Esjud) avançou na consecução das atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, operadores do Direito e outros públicos externos. Não menos importante, o documento de caráter prático-teórico contribui para consolidação de ações que concorrem ao aprimoramento da prestação jurisdicional. O PP também apresenta todas as soluções educacionais voltadas para o desenvolvimento de competências dos profissionais da Justiça Acreana.

O projeto teve consultoria da professora aposentada da Universidade Federal do Paraná, Acácia Kuenzer. Doutora em Educação pela Universidade Católica de São Paulo, ela foi contratada pela Escola para conduzir a iniciativa, que teve participação direta da Direção e Gerências de Planejamento, de Administração e de Avaliação do Ensino. O trabalho consistiu na documentação e validação das concepções e princípios pedagógicos que orientarão o conjunto das ações educativas, presenciais e a distância, por ela disponibilizadas, em busca da realização de sua missão institucional.

Na prática

Os pressupostos e princípios passam a ser observados na proposição e implantação de todas as soluções educacionais voltadas para o desenvolvimento de competências de magistrados e servidores que atuam no Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), bem como para a formação de cidadãos e demais participantes do processo judicial.

Sua elaboração considerou as especificidades dos processos de trabalho realizados pelo TJAC, como também os desafios a serem enfrentados para a garantia da legitimidade do processo judicial, assegurando sua efetividade, acessibilidade, transparência e segurança.

Seminário discute Pacto Nacional pela Primeira Infância no Acre

Participação de crianças do Educandário Santa Margarida e presença do juiz de Direito Sérgio Kreuz (TJPR) foram pontos altos da atividade.

As vozes das crianças do Coral Filhos da Esperança, abrigadas no Educandário Santa Margarida, ecoaram uma mensagem de atenção, respeito, amor e solidariedade. A apresentação integrou a abertura do Seminário “O Pacto Nacional pela Primeira Infância no Estado do Acre: Desafios e Possibilidades – 2019”, realizado em novembro na Escola do Poder Judiciário (Esjud). As canções infantis populares revelaram o talento do grupo, cuja simpatia, inocência e sinceridade deram o tom de reflexão à temática.

A exposição fotográfica sobre a adoção, intitulada “Juntos somos uma família”, com desenhos elaborados em cartazes e com o formato das mãos dos próprios pequeninos, espalhavam a grandeza da atividade. Os trabalhos foram concebidos sob a proposta de “acolhimento familiar”, produzidos pelas próprias crianças do Santa Margarida, bem como das unidades Maria Tapajós e Sol Nascente, as quais recebem os adolescentes.



O evento reuniu autoridades das principais instituições do Estado, bem como representantes e membros da rede de proteção infanto-juvenil. O dispositivo de honra teve as presenças do desembargador-presidente Francisco Djalma e da desembargadora Regina Ferrari, coordenadora da Infância e da Juventude; da desembargadora Waldirene Cordeiro, do advogado Marcos Vinícius, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do juiz de Direito Sérgio Kreuz (do Tribunal de Justiça do Paraná), palestrante.

Titular da Secretaria de Estado e Assistência Social, Meire Serafim representou o Governo do Estado. Representante da Assembleia Legislativa, a deputada Meire Serafim, a prefeita de Rio Branco, Socorro Neri, o gestor do Educandário, Oswaldo Leal e o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac), José Adriano, também integraram a composição.



Os discursos

“Somente poderemos alcançar a paz universal se não abandonarmos as nossas crianças. Sou grata por estarmos de mãos dadas com uma rede, a verdadeira rede de proteção que zela para cumprir suas tarefas como a Constituição determina, com prioridade absoluta para vencer as vulnerabilidades. A justiça começa na infância”, assinalou a desembargadora Regina Ferrari.

Já o desembargador-presidente Francisco Djalma considerou que as instituições precisam avançar em um maior comprometimento com a causa. O magistrado frisou tratar-se de um primeiro passo para que se construa coletivamente um futuro melhor.

Programação

A agenda teve como destaque a palestra “Direito à Convivência Familiar”, conduzida pelo juiz de Direito Sérgio Kreuz, auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná. Painéis e debates com temas correlatos, como “Famílias Acolhedoras”, “A Justiça Começa na Infância” (com a desembargadora Regina Ferrari), “O Papel das Varas da Infância, Delegacias e Sistema de Direitos Humanos no Fortalecimento do Conselho Tutelar” e “Boas Práticas na Integração da Criança e Adolescente em Famílias Substitutas” também integraram a programação.

ESJUD

Escola do Poder Judiciário realiza com sucesso debate sobre igualdade de gênero

Ação educacional foi prestigiada por profissionais do TJAC, do TRE, operadores do Direito e membros da Rede de Proteção à Mulher.

As frases temáticas colocadas nos corredores Escola do Poder Judiciário (Esjud) prenunciavam a reflexão sobre igualdade de gênero no contexto atual. “Trabalhar com números não é para mulher”, “aja como homem”, “a maternidade atrasa a carreira” e outras expressões como essas têm de ser desmistificadas, para que o preconceito dê lugar ao equilíbrio nas relações entre gêneros, as quais devem ser baseadas no respeito mútuo e na alteridade.

Foi com esse foco que magistrados, servidores e operadores do Direito integraram em agosto de 2019 a agenda “Igualdade de Gênero? Poder Judiciário debate!”. O evento teve as participações do desembargador-presidente (em exercício) Laudivon Nogueira, do desembargador-diretor Roberto Barros, da desembargadora Eva Evangelista, coordenadora estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv); da desembargadora Regina Ferrari, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC) e da desembargadora Wadirene Cordeiro.

Presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), o juiz de Direito Dannel Bomfim também compôs o dispositivo de honra na abertura da solenidade, bem como a vereadora e representante municipal, Lene Petecão. Em caráter especial, membros da Rede de Proteção à Mulher também abrilhantaram a ação educacional.



A desembargadora Eva Evangelista destacou a relevância da inédita iniciativa para o presente e futuro. “A Esjud trabalhou com denodo para proporcionar debate instigante e necessário com juízes e servidores sobre o tema igualdade de gênero no Poder Judiciário, o qual é uma política nacional do CNJ. Sobressai dessa ação a necessária reflexão de mudança cultural, que deve ser enfrentada no cotidiano, de modo contínuo, introduzindo um novo olhar sobre questões de gênero nas relações sociais e de trabalho”, disse.

Para a titular do Comsiv, aflorou do painel a percepção de que existem situações de discriminação e preconceito, silenciosos e sutis, no âmbito das instituições, das quais a mulher é a principal vítima e que, por vezes, sequer se reconhece ou se identifica como tal.

“Ações desse jaez devem prosseguir com os públicos externo e, especialmente, interno (magistrados e servidores), despertando-os, sensibilizando-os e conscientizando-os. Dessa forma, juntos, envidaremos todos os esforços para minimizar ou aplacar a problemática”, concluiu.



As falas da abertura

“Em nome das autoridades e demais profissionais presentes, estou feliz que possamos realizar este evento tão significativo aqui na Escola. Estamos desenvolvendo uma perspectiva de trabalho multidisciplinar, que favoreça o diálogo e a discussão dos temas mais importantes, como a questão de gênero.

Ao anunciar que serão realizados outros eventos na mesma perspectiva, o diretor lembrou que a Esjud tem sido parceira de atividades voltadas área, a exemplo da I Jornada de Estudos de 2018, cujo tema foi justamente o combate à violência doméstica; como também a recente digitalização de inquéritos policiais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), ocorrida graças ao apoio logístico da Escola Judicial.

O desembargador Laudivon Nogueira assinalou que é preciso “refletir sobre questões sérias, relativas à humanidade, civilidade e à preservação do Estado Democrático de Direito”. O presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Acre frisou que é necessário buscar continuamente a defesa da igualdade de direitos e de oportunidades, com atenção especial à mulher, que é a maior discriminada.

O painel

Organizada na modalidade de painel, ação “Igualdade de Gênero? Poder Judiciário debate!” teve a participação dos magistrados Shirlei Hage, titular da Vara de Proteção à Mulher, e Marcelo Carvalho, titular da 4ª Vara Cível. Representando as servidoras do Judiciário, o painel também teve a participação de Joelma Catão, que atua na Diretoria Judiciária, e de Ana Cunha, gerente de Acervos. Foram três os principais assuntos: discriminação, preconceito e assédio moral.

A desembargadora Regina Ferrari, entusiasta da atividade, emocionou os participantes ao relatar um caso de abuso sexual que uma jovem sofreu, praticado pelo próprio padrasto. “Eu contei essa história porque nesse caso o Estado falhou, todos falhamos. Por isso, temos necessidade de reforçar nossas articulações e redes em todo o enfrentamento à violência doméstica e no que diz respeito à criança e ao adolescente. Se queremos mudar o mundo, comecemos por nós” enfatizou.

O público presente pôde participar, com o envio de perguntas ao vivo, utilizando a ferramenta QRCode.

A atividade teve na exposição dialogada o seu ponto alto, mas incluiu ainda a elaboração de uma carta de intenção com as sugestões de melhorias na gestão dos servidores pela Administração do Tribunal. A ideia da iniciativa foi estabelecer uma discussão na perspectiva de incentivar a igualdade no tratamento, na abordagem, na desconstrução de preconceitos, que existem de lado a lado no dia a dia da Instituição.



TJAC e Esjud promovem abertura da I Jornada de Estudos 2019

Evento trouxe o tema “Gestão Estratégica e Formação de Lideranças” e ensina como superar desafios e transformar potenciais em resultados nas organizações.

Com o tema “Gestão Estratégica e Formação de Lideranças”, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Escola do Poder Judiciário (Esjud) realizaram em maio a I Jornada de Estudos 2019. A agenda traz no conteúdo programático os assuntos mais atuais e relevantes da área, como “O papel do líder e a força-motriz das equipes” e “O papel do líder-coach no desenvolvimento dos potenciais da equipe”.

A solenidade de abertura teve as presenças dos desembargadores Francisco Djalma (presidente) e Roberto Barros (diretor da Esjud). Decana da Corte de Justiça Acreana, a desembargadora Eva Evangelista prestigiou o evento, bem como os desembargadores Samoel Evangelista, Waldirene Cordeiro, Laudivon Nogueira e Luís Camolez. O dispositivo de honra foi completado pela juíza de Direito Zenice Mota, coordenadora científica da atividade de ensino.

“É preciso debater e tratar a questão administrativa como algo fundamental e realizar uma redefinição da estratégia que temos utilizado, para que possamos ampliar os horizontes de nossa Instituição, maximizando os resultados do nosso trabalho.”

Desembargador Roberto Barros.

O diretor da Escola citou avanços consideráveis obtidos nas gestões do Tribunal ao longo dos anos, como o curso MBA em Poder Judiciário, o aumento do número de unidades judiciárias e de profissionais e, não menos importante, dos serviços prestados à sociedade.

O desembargador Francisco Djalma destacou a representatividade da iniciativa diante da situação vivida pelo Judiciário Acreano. “Este é um momento muito importante e estamos bastante orgulhosos da presença de vocês. Temos passado por muitas dificuldades orçamentárias e financeiras e há uma necessidade de se racionalizar os recursos disponíveis, como também buscar alternativas e soluções para enfrentar nossas demandas”, afirmou. O presidente do TJAC solicitou que os magistrados otimizem as rotinas de trabalho das unidades judiciárias, com uma maior presença na área administrativa.

O vice-presidente Laudivon Nogueira descortinou uma retrospectiva sobre a história do Poder Judiciário Estadual, a partir da evolução administrativa e da gestão estratégica. Ao citar como exemplo um avião, no qual é imprescindível que a tripulação planeje o voo e conheça bem não

somente a aeronave, mas o destino, o desembargador assinalou que “é preciso saber onde estamos e o que já percorremos até aqui, para saber aonde se pode ou se deve chegar”.



Outros destaques

Outros temas foram abordados ao longo da programação, como as Metas Nacionais de Desempenho e Justiça em Números. Selos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o Planejamento Estratégico. Desafios e oportunidades presentes e futuros (com o desembargador Roberto Barros); além de uma Reunião com a Corregedoria-Geral da Justiça (Coger), liderada pelo desembargador Júnior Alberto.

Também integrou a Jornada o Curso “Liderança de Equipes de Alto Desempenho: Como transformar potenciais em resultados para a organização e superar desafios”, com carga horária de 16 horas-aula.

ESJUD

II Jornada de Estudos do Poder Judiciário Acreano discute organização criminosa

Com três dias de duração, a atividade é voltada para magistrados e tem objetivo de aprimorar o combate a esse tipo de crime.

Com a presença de diversos magistrados e servidores, a Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud) realizou em outubro de 2019 a II Jornada de Estudos Jurídicos. A formação debateu o tema “Sociedade, Corrupção e Organização Criminosa”, visando capacitar membros da Justiça Acreana e aprimorar os serviços prestados.

A II Jornada teve três dias de aulas práticas e teóricas, depois mais dois das de atividades na plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA), e o facilitador do curso é o desembargador do Estado do Paraná, José Laurindo, que é pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Degli Studi di Roma “La Sapienza”.

Durante a abertura da atividade, o presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargador Samoel Evangelista, salientou a necessidade de discutir a questão, especialmente, diante do contexto de criminalidade no país: “esse curso é essencial, pela situação



que todo o país se encontra, que é esse flagelo que são as organizações criminosas”, disse.

O diretor da Esjud, desembargador Roberto Barros, falou sobre as ações educativas promovidas para fortalecer o combate ao crime.

“Ao longo desse ano temos focamos muito na área penal, em razão do cenário social que vive o Acre, que vive o Brasil. Por isso, temos feitas tantas ações educativas voltadas para essa temática. Esse curso é interessante, pois inicia trabalhando a questão histórica para chegar a Lei e nas ferramentas de combate a esse tipo de crime.”

Desembargador Roberto Barros

Dano à vida comunitária, cooptação dos jovens foram algumas das consequências do crime organizado apontadas pelo facilitador, “é um tema de absoluta prioridade, porque ele causa danos. O maior dano é a credibilidade das instituições, sem considerar a vulnerabilidade causada aos direitos fundamentais”, comentou o desembargador Laurindo.

ESJUD

Esjud executa ações em sintonia com macrodesafios definidos pelo CNJ

*M*ais de 1.200 vagas ofertadas em 2019, com 48 cursos, de acordo com o Planejamento Estratégico (2015-2020) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC). A Direção e equipe da Escola do Poder Judiciário (Esjud) trabalharam para capacitar magistrados e servidores, na perspectiva de melhoria dos serviços oferecidos à população.

Ao longo do ano de 2019, a programação de ensino também esteve alinhada aos macrodesafios definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Temas como violência doméstica, corrupção, gestão socioambiental, questão de gênero, adoção e primeira infância, conciliação, mediação e arbitragem, jurisprudência, dentre outros, também foram abordados.

Em 2019 vários Termos de Cooperação foram assinados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por meio da Esjud, com instituições parceiras. Dessa forma, foi possibilitada a capacitação dos servidores que atuam no dia a dia da gestão, para o melhor desempenho funcional, com cursos como licitação e contratos, liderança de alto desempenho, etc.

Entre as parcerias firmadas estão a com o Centro de Capacitação do Ministério Público Estadual, a Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado e a Controladoria Geral da União. Entretanto, as parcerias firmadas pela Esjud foram além destas realizadas a nível estadual.

A Escola Judicial Acreana estreitou relações com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o que possibilitou que fosse realizado no Acre o curso “O Poder



Judiciário e o Direito dos Povos Indígenas”. O evento permitiu que aproximadamente 40 juízes e desembargadores estaduais e federais, de vários estados brasileiros, participassem de aulas in loco na aldeia Apiuxa, do povo Ashaninka, em Marechal Thaumaturgo.

A parceria com a Enfam também possibilitou que pela primeira vez, os magistrados e servidores do Acre realizasse o curso Formação de Formadores, na Esjud, assim como o curso de Formação em mediação judicial. Ambos cadastrados pela Escola Nacional. Além destes, tivemos em 2019, o primeiro cadastramento na Enfam de uma Jornada de Estudos Jurídicos. Aliás, no ano passado, em relação a este tema, a Escola do Poder Judiciário do Acre foi além, se credenciando como instituição formadora em mediação judicial e se habilitando para credenciar em todo o estado instituições de ensino que queiram promover cursos de mediação.

Para encerrar as atividades educacionais do ano, a Esjud realizou em parceria com a Associação de Magistrados do Acre, o I Congresso da Magistratura Acreana, que contou com a presença do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Aurélio Buzzi.





ESJUD

Edição 2019 do Programa Cidadania e Justiça na Escola

Objetivo é ensinar aos estudantes noções de cidadania, direitos e deveres, bem como as funções e atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Escola do Poder Judiciário (Esjud) lançaram oficialmente em maio a nova edição do Programa Cidadania e Justiça na Escola, cujo principal objetivo é ensinar aos estudantes noções de cidadania, direitos e deveres, bem como apresentar-lhes informações relativas às funções e atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Realizado na Escola Municipal Theodolina Falcão Macedo, o evento teve as participações do presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma; da desembargadora Regina Ferrari, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/AC) e titular da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ); do diretor da Esjud, desembargador Roberto Barros; da juíza-auxiliar da Presidência, Andréa Brito; e do presidente da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), juiz de Direito Dannel Bomfim.

A solenidade e os discursos

Antecedido por apresentação da Banda da PMAC, que executou o Hino Nacional, o desembargador-presidente cumprimentou a comunidade escolar e ressaltou a relevância da iniciativa. “Esse talvez seja o programa social mais importante do Tribunal de Justiça do Acre, pois busca mostrar os caminhos que cada um de vocês deverá seguir através do conhecimento. Será através dos estudos que amanhã vocês serão juízes, policiais, promotores, vereadores, prefeitos. Nós já estamos esperando vocês, na próxima etapa do programa, no Tribunal de Justiça, nos Fóruns, para que possam conhecer o funcionamento da Justiça, do Estado, do Ministério Público. Ou seja, o nosso dia a dia”, afirmou Francisco Djalma.

A coordenadora da Infância e da Juventude explicou os objetivos do projeto, destacando que cada aluno é um agente de multiplicação dos conteúdos adquiridos por meio da ação, que inclui palestras, visitas às instituições integrantes do sistema de Justiça e atividades culturais.

Já o diretor da Esjud considerou que a troca de conhecimentos favorece a preparação dos alunos para que assumam a condição de verdadeiros cidadãos na sociedade.

“Talvez o melhor desse projeto seja nós podermos conhecer mais vocês. Quando a gente nasce, a gente conhece os nossos pais e as regras da nossa casa. Quando a gente vem para a escola, a gente conhece os professores e as regras da escola. E a partir de agora a gente vai falar um pouquinho do que vem agora, do mundo lá fora, além da família, além da escola de vocês. Que nós possamos contribuir com a preparação de vocês para o futuro, para que possam entender como as coisas funcionam, a ajudar os pais e os professores de vocês. Para que, no futuro, vocês possam nos substituir”, enfatizou Roberto Barros.

O programa

Também são tratados pelo Programa com os alunos outros assuntos, como violência doméstica, drogas, a influência que traficantes e marginais podem exercer sobre a juventude à falta de ações positivas que afastem crianças e adolescentes dessas pessoas, seja por meio da arte, do esporte, do lazer, dentre outros.

Na primeira etapa do programa, são ministradas as palestras de conscientização pela paz e contra a violência. Já na segunda etapa, os estudantes realizam visitas guiadas às instalações do TJAC. A fase final teve um concurso no qual foi escolhida a melhor redação de cada escola com o tema cidadania. Nesta edição, a melhor redação saiu da Escola Municipal Francisco Bacurau, cujo aluno (campeão) foi Matheus Nogueira Lima, do 5º Ano. O estudante foi contemplado com um tablet, doado pela Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), parceira do programa.



Escola do Poder Judiciário do Acre alcança qualidade de nível nacional

A qualidade do trabalho desenvolvido pela Escola do Poder Judiciário (Esjud) já é atestado no dia a dia por magistrados, servidores e pelo público externo local. Mas o que pouca gente sabe é que esse reconhecimento assume conotação mais abrangente, a exemplo das atividades credenciadas pela Escola Nacional de Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

As solicitações de credenciamento de ações formativas oficiais são formuladas pelas escolas judiciais, judiciárias eleitorais e de magistratura, com o envio de seus planejamentos de ensino fundamentados nos respectivos projetos pedagógicos e normativos da Enfam.

No total, cinco cursos da Esjud receberam em 2019 o credenciamento pelo órgão de ensino nacional, Gestão Cartorária, Sistema dos Juizados Especiais Estaduais, Formação de Formadores – Nível 1 – módulo 2, O Poder Judiciário e os direitos dos povos indígenas, II Jornada – Sociedade – Corrupção – Organização Criminosa.

Importância

O credenciamento ratifica o viés qualitativo da Esjud, na medida em que somente é concedido após o cumprimento de diversas etapas, como planejamento, comprovação de abordagem interdisciplinar, definição de justificativa, relevância institucional, objetivos, etc.

As escolas judiciais, judiciárias eleitorais e de magistratura poderão replicar os cursos credenciados pela Enfam, durante o período de vigência do credenciamento, mediante submissão de processo de credenciamento simplificado, conforme estabelece o parágrafo 1º do art. 55 da Resolução nº 2/2016, atualizada pela Resolução nº 2/2017, ambas da Escola Nacional.

No caso do Curso de Mediação, a Enfam baixou portaria que transformou a Escola do Poder Judiciário do Acre como instituição formadora, ou seja, apta a oferecer esse curso, sem necessidade de deslocamento de docentes ou cursistas para outros estados do Brasil. Além disso, os alunos passam a receber certificados que têm validade de nível nacional, úteis aliás para fins de promoção da carreira na magistratura.

TJAC e Esjud recebem desembargadores e juízes em Curso Nacional da Enfam

Acre foi escolhido para sediar o terceiro curso – O Poder Judiciário e os Direitos dos Povos Indígenas.

Em Cruzeiro do Sul, ocorreu a abertura do curso nacional “O Poder Judiciário e os Direitos dos Povos Indígenas”, promovido pela Escola Nacional de Formação dos Magistrados (Enfam), com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), por meio da Escola do Poder Judiciário (Esjud).

O curso foi realizado nos últimos dois anos nos estados do Amazonas e Roraima, e é direcionado aos magistrados federais e estaduais que atuam com processos envolvendo questões relacionadas aos Direitos dos povos indígenas.

O anfitrião e presidente do TJAC, desembargador Francisco Djalma, ressaltou a honra para o estado ser a sede de um evento dessa magnitude. “Esse ato é muito importante para a magistratura. O TJAC, em parceria com a Enfam, se sente honrado por esse momento. A escolha do curso no Juruá é devido à concentração de 70% dos povos indígenas na região. Não haveria lugar mais propício, disse.





São cerca de 30 juízes, que até o dia 25 estarão conhecendo a realidade dos indígenas do Acre em uma troca de conhecimento, com o propósito de serem multiplicadores em seus estados e regiões. Participaram também da abertura do curso, que aconteceu no auditório da Cidade da Justiça, os desembargadores Eva Evangelista, Samoel Evangelista, Denise Bonfim, Waldirene Cordeiro, Regina Ferrari e Luiz Camolez.

O coordenador do Enfam, desembargador Eládio Lecey frisou a importância da experiência na formação dos juízes e magistrados. “O objetivo é aproximar o juiz da realidade indígena, afinal, eles têm peculiaridades, direitos, que muitas vezes não são bem compreendidos pela sociedade, e o próprio Judiciário não tem conhecimento”, finalizou.

O diretor da Esjud, desembargador Roberto Barros, ressaltou que o curso reúne mais de dez lideranças indígenas e que a imersão permitirá a ida dos cursistas à aldeia Ashaninka, no rio Amônia, será uma oportunidade para conhecer mais da forma de vida e o conhecimento da população indígena. “Será uma interação muito grande nos próximos dias, e o fundamental entender que a lógica é um pouco invertida. Não somos nós que vamos ensinar, viemos para aprender com os profissionais da Funai e principalmente, com os povos indígenas”, disse.

A liderança indígena Edna Shanenawa falou com entusiasmo da experiência. “Minha expectativa nesse evento é muito grande. Esse é o primeiro momento que estamos tendo oportunidade de estar juntos, e alinhar nosso conhecimento com o deles. Isso vai fortalecer muito para o meu conhecimento e o conhecimento dos juízes, como reivindicamos nossos direitos e a gente ter conquistado ao longo de muito tempo”.

ESJUD

Investimentos garantem reestruturação do Laboratório de Informática da Esjud

Intenção é proporcionar maior conforto, bem-estar aos frequentadores e melhores condições para o processo de aprendizagem.

A Direção da Escola do Poder Judiciário (Esjud) tem investido neste Biênio 2019-2021 na melhoria da unidade, com o intuito de oferecer mais conforto e bem-estar aos frequentadores e, principalmente, maiores condições para o processo de aprendizagem.

Equipamentos foram adquiridos ao longo de 2019, a exemplo de condicionadores de ar, móveis, cadeiras e computadores. Em especial, o Laboratório de Informática passou por uma reestruturação, com mudança de layout, aquisição de novas bancadas, etc. A nova configuração, mais “clean”, propicia um ambiente mais organizado e arejado, de melhor comodidade, inclusive sem a presença de fios.

Como o Laboratório era antes, um amontoado de fios soltos.

A ideia também é proporcionar maior funcionalidade, já que diversos cursos presenciais são realizados no Laboratório. Ao todo, 22 computadores dos mais modernos (menores, mais rápidos e com elevada capacidade de armazenamento de dados) foram instalados no local.

Agora o ambiente é clean, arejado e com excelência no padrão de organização.

Os investimentos são oriundos da dotação orçamentária da Esjud, bem como tiveram apoio da Administração do Tribunal de Justiça do Acre.



Curso “Libras em Contexto – Módulo Básico” contribui para agenda de inclusão social

Iniciativa teve o intuito de capacitar profissionais da Justiça para a questão da acessibilidade e da inclusão social.

A selfie emoldurada de sorrisos não deixa dúvidas: o contentamento dos alunos do Curso “Libras em Contexto – Módulo Básico” atesta o êxito da iniciativa de inclusão social da Escola do Poder Judiciário (Esjud), em parceria com a Universidade Federal do Acre (Ufac).

22 cursistas concluíram o programa, cuja solenidade de encerramento teve as presenças do desembargador-diretor Roberto Barros, de Isaac Dayan, pró-reitor de Extensão e Cultura e da professora Nina Rosa, ambos da instituição de ensino superior.

Os professores Atilto Venâncio, Fernando Chaves e Diemes de França, a qual atuou como intérprete na ocasião, também compareceram ao evento, bem como gerentes da Esjud e alunos/membros do Ministério Público Federal (MPF).

“Ao lado do Curso de Línguas, este curso transformou o dia a dia da Escola. Estou muito feliz com esta parceria e já pretendemos abrir uma nova turma em breve. Aproveito a oportunidade para pedir que os senhores possam multiplicar esse conteúdo apreendido, tão relevante para nossa Instituição e sociedade, inclusive convencendo outras pessoas a fazerem Libras

Desembargador Roberto Barros.



A Escola fundamentou-se na Resolução nº 230 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a adequação das atividades dos Órgãos do Poder Judiciário e de seus auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os direitos de pessoas com deficiência auditiva.

Para o pró-reitor Isaac Dayan, a ação cumpriu o objetivo de estabelecer diálogo com a comunidade interna, ampliando o campo de atuação da Ufac. “Os resultados são bastante positivos, razão pela qual devemos continuar com essa cooperação”, frisou.

“Libras em Contexto – Módulo Básico” foi oferecido em modalidade presencial, com carga horária de 100 h/a.

“Esta experiência nos deixou muito encantados, principalmente devido ao retorno e dedicação dos alunos, que são um exemplo de que nosso trabalho vale a pena”, ressaltou Nina Rosa. Diemes de França assinalou o tratamento especial dispensado por toda a equipe da Escola. “Nunca eu me senti tão bem recebida, acolhida e atendida como aqui. A gente vem motivada em dar o melhor”, afirmou.

A ação capacitou os profissionais da Justiça diante da necessidade de ampliar melhorar a acessibilidade das pessoas com esse tipo de deficiência.

Mais depoimentos

Surda, Monalisa Teixeira falou de sua impressão em participar da atividade como colaboradora: gratidão expressada por meio da língua de sinais; amor ao próximo foi o gesto que ela fez, num aceno ao cultivo por mais solidariedade. “Tenho muito orgulho de vocês por quererem conhecer a cultura surda, promover a acessibilidade e disseminar o altruísmo”, finalizou.





ESJUD

Especial: Curso de Formação de Formadores fortalece ações educacionais

Atividade proporciona capacitação profissional e acadêmica a magistrados e servidores para atuação no Órgão de Ensino.

“Foi uma oportunidade ímpar para aprendizado, troca de experiências e construção de conhecimento. A partir dos conteúdos e práticas das metodologias ativas, podemos fazer mais e melhor face às exigências contemporâneas e as práticas pedagógicas assimiladas. Excelente!”. A frase do servidor Hélio Carvalho, titular da Gerência de Bens e Materiais do Tribunal de Justiça do Acre, ilustra a relevância do Curso “Planejamento de Ensino e Metodologia de Desenvolvimento por Competências” (Módulo I). Promovido pela Escola do Poder Judiciário (Esjud), em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a atividade ocorreu no mês de outubro (entre os dias 7 e 25).

Participaram da Formação de Formadores (FOFO), como é mais conhecida, desembargadores, juízes e servidores do Judiciário Acreano. A atividade foi estruturada em duas etapas, a primeira em EaD, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e a segunda presencial, na própria Escola.

“Estamos muito felizes por termos conseguido avançar na consecução deste curso, após muito esforço de vários setores envolvidos e o cumprimento de diversas etapas para chegarmos até aqui, como planejamento, elaboração, credenciamento junto à Enfam, logística, contratação de docente, etc.”, explicou o desembargador Roberto Barros.

Ao aproveitar a oportunidade para anunciar que foram estabelecidas as tratativas necessárias para execução dos módulos II e III do FOFO, o diretor da Esjud assinalou o duplo propósito da agenda.

“Ao mesmo tempo em que valorizamos o nosso corpo funcional, fortalecemos as nossas ações educacionais, pois teremos em breve aqui profissionais capacitados para conduzir cursos em muitas áreas do saber, sem precisar recorrer a outros órgãos e pessoas de fora do Acre.”

Desembargador Roberto Barros

Dessa forma, o próprio Tribunal é favorecido com um maior número de magistrados e servidores aptos a descortinar um novo horizonte de conhecimento, competências, habilidades e atitudes individuais e coletivas, os quais concorrem diretamente à melhoria dos serviços públicos oferecidos à sociedade.

O curso foi conduzido pelo professor Francisco Raimundo, doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Também é diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicada da Universidade Federal do Acre (UFAC). A agenda teve ainda a colaboração da pedagoga Ivanete Cordeiro (como codocente), gerente de Avaliação do Ensino da Escola e especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Ufac.



Autoridades prestigiam abertura do Curso Formação para Mediador Judicial

Atividade tem como foco a capacitação dos profissionais para promover a cultura do acordo.

Com foco na capacitação dos profissionais da Justiça para atuarem como agentes de pacificação social, a Escola do Poder Judiciário (Esjud) promoveu o Curso Formação para Mediador Judicial.

Realizada no mês de setembro de 2019, a abertura do evento teve as presenças dos desembargadores Francisco Djalma e Roberto Barros, presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e diretor da Esjud, respectivamente; da desembargadora Waldirene Cordeiro, titular do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (Nupmec) do Tribunal e a juíza de Direito Maha Manasfi, que ministra diversos temas do curso.

Também compareceram as facilitadoras do Alessandra Batista, Janecleide Réssia, Liliane Bandeira e Elisabete Siva, todas do Tribunal de Justiça da Paraíba; bem como o diretor de Estratégia do TJAC, Euclides Bastos.

Ao agradecer pelo apoio institucional recebido da Presidência do Tribunal e da Coordenação Nupmec, Roberto Barros falou da relevância da atividade.

“É fruto de um grande esforço e dedicação de toda equipe da Escola. Estamos felizes por contribuir com essa área tão sensível, que é a mediação e conciliação, na qual já avançamos muito



nos últimos anos em termos estruturais e normativos. Exatamente por isso, merece toda a atenção e prioridade”, disse o desembargador.

O curso é reconhecido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), órgão oficial de reconhecimento de escolas para realização de cursos de formação de mediadores judiciais.

“Trata-se de oportunidade de trocarmos ideias para melhorarmos nosso trabalho. A pacificação de conflitos é uma tônica que não pode ser ignorada, pelo contrário, deve ser perseguida”, ressaltou o desembargador Francisco Djalma, ao mencionar a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que os tribunais de Justiça estimulem a cultura do acordo.

Em modalidade presencial, com 120h/a, a atividade tem como coordenadoras pedagógicas a desembargadora Waldirene Cordeiro e a juíza de Direito Zenice Mota, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco e coordenadora pedagógica da Escola.

Ao dar as boas vindas a todos, a titular do Nupmec assinalou que os cursistas devem aproveitar ao máximo “a expertise e conhecimento elevado das facilitadoras”.

Waldirene Cordeiro frisou que é preciso oferecer “mecanismos para a solução amigável de conflitos e disseminar a cultura de pacificação social”. Segundo a desembargadora, a agenda educacional é indispensável para consolidação dessa modalidade de justiça, que encerra não apenas a disputa judicial, mas também a lide social, preservando a relação entre as partes.

A finalidade é formar Mediadores Judiciais para a condução de sessões de mediação, aplicando as teorias autocompositivas, com postura e atitudes adequadas, articuladas aos elementos teóricos, metodológicos e pedagógicos que atendam aos princípios dispostos na Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Manual de Mediação Judicial.

Dessa forma, os alunos serão capacitados para assumir o papel de aplicador do Código de Processo Civil e da Lei de Mediação, com conhecimento de novas habilidades no que concerne à conciliação qualificada e à mediação de conflitos, consubstanciando a efetividade e concessão de uma tutela justa, no menor tempo possível e com menor custo.

I Congresso da Magistratura abre com homenagens e palestra do presidente da AMB

Programação discute temas dos mais relevantes na área do Direito e traz palestrantes renomados do Brasil.

O I Congresso da Magistratura do Acre teve na abertura como ponto alto homenagens e a palestra “Comunicação e o Poder Judiciário: a imagem do Poder Judiciário na atualidade”, ministrada por Jayme de Oliveira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Promovido pelo Tribunal de Justiça Acreano (TJAC), Associação dos Magistrados do Acre (Asmac) e Escola do Poder Judiciário (Esjud), a programação teve continuidade com palestras atinentes a temas dos mais relevantes, como “Tutelas Provisórias no Processo Civil”, “Direito como dominação: O juiz da sociedade moderna”, “Direito Penal na Modernidade Pós-Lava-Jato” e “Os desafios da mulher magistrada”.

Abertura e discursos

A mesa de honra foi capitaneada pelo governador em exercício, desembargador Francisco Djalma. O desembargador Laudivon Nogueira, presidente do TJAC em exercício e demais membros da Corte de Justiça também se fizeram presentes, bem como o juiz Jayme de Oliveira, o presidente da Asmac, juiz Dannel Bomfim, o advogado Marcos Vinícius, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Erick Venâncio, presidente da OAB-Seccional Acre.

A solenidade teve início com a participação do coral da Aleac, que entoou o Hino Acreano,



seguida da apresentação de um vídeo institucional da Associação dos Magistrados do Acre.

Ao enfatizar que o evento faz parte das comemorações dos 40 anos da Asmac – a serem completados no próximo dia 8 de dezembro –, o desembargador Laudivon Nogueira ressaltou a contribuição do órgão associativo.

“Essa importante instituição de utilidade pública foi sujeito ativo em todas as mudanças que impactaram positivamente no exercício da judicatura no Estado do Acre. A principal contribuição para a sociedade acreana é precisamente a defesa incansável das prerrogativas de nossos magistrados, requisito indispensável para o regular exercício dos direitos fundamentais de todos e para a manutenção da democracia”, disse.

O magistrado também destacou a importância dos acordos estabelecidos entre a Associação, o Tribunal e a Esjud. “Parceira frequente da Escola do Poder Judiciário e da Administração Superior deste Tribunal na realização de inúmeras jornadas de estudos e cursos, os quais contribuíram significativamente para o aperfeiçoamento técnico da magistratura acreana e dos servidores desta Casa”, considerou.

“Momento de alegria e de orgulho pela realização deste Congresso, verdadeiro sonho da nossa magistratura”, sintetizou o juiz de Direito Dannel Bomfim.



Homenagens

O primeiro dia foi marcado pela entrega de placas de homenagens aos ex-presidentes da Asmac, incluindo os desembargadores aposentados Minervino Bezerra, Ciro Facundo e Adair Longuini. O primeiro elencou as principais conquistas dos últimos 40 anos para os profissionais.

Na mesma ocasião, Jayme de Oliveira foi homenageado com o “Colar do Mérito Judiciário” e o respectivo diploma de chancela. A comenda destina-se a reconhecer aqueles que tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica ou ao Poder Judiciário.

Durante a palestra que proferiu, o homenageado assinalou que é “imprescindível que os tribunais utilizem de forma estratégica a comunicação, para dar maior visibilidade às ações do Judiciário”, bem como para “aperfeiçoar a sua imagem junto à sociedade”.

O presidente da AMB defendeu que é necessário uniformizar a política comunicacional e os procedimentos, para que se alcance melhores resultados. O magistrado inclusive já tem estabelecido tratativas com o CNJ, a fim de que venha institucionalizar essa ideia em parceria com as assessorias de comunicação de todo Brasil.

I Congresso da Magistratura é encerrado no Acre

Palestra “Novos Enfrentamentos da Política Judiciária de Resolução de Conflitos”, do ministro do STJ Marco Aurélio Buzzi marcou encerramento da jornada jurídica.



O I Congresso da Magistratura do Acre 2019 foi encerrado. O evento foi promovido pela Associação dos Magistrados do Acre (Asmac), com apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) e da Escola do Poder Judiciário (Esjud).

A palestra de encerramento foi proferida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Marco Buzzi, que tratou do tema “Novos Enfrentamentos da Política Judiciária de Resolução de Conflitos”.

O ministro foi agraciado com a outorga da Medalha do Mérito Judiciário, entregue pelo desembargador Francisco Djalma.

“É um passo muito importante para todos nós que militamos na área do Direito no estado. Através desse congresso surgem novas ideias, sugestões, todos nós saímos daqui com muito mais conhecimento. Foi através do diretor da Esjud, desembargador Roberto Barros e do presidente da Asmac, juiz de Direito Dannel Bomfim, que nós pudemos ter essa oportunidade, por isso os parabéns”, disse o presidente do TJAC.

A saudação inicial ao ministro foi feita pela desembargadora Regina Ferrari, que destacou a “grande alegria no coração” em receber a autoridade no Plenário da Corte de Justiça Acreana.

“*É uma honra receber um magistrado da mais alta envergadura em nossa Corte de Justiça. Essa comenda outorgada hoje é pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário brasileiro.*”

Desa. Regina Ferrari



O magistrado falou sobre a realidade social e histórica do País, com suas lutas de classes, no contexto do neoliberalismo, bem como sobre os conflitos advindos de uma sociedade cada vez mais competitiva”. Segundo ele, ressaltou as técnicas de resolução pacífica de litígios – como a mediação e a conciliação, são poderosos instrumentos no processo de pacificação social.

“Neste momento, em nosso país, as desigualdades sociais – seja em razão deste ou daquele regime, desta ou daquela ideologia, dos governos dos últimos anos ou dos governos da vida inteira, que nós tivemos em nosso país – só serão superadas por meio da Educação. E é o Judiciário que está no berço dessa vanguarda que é a resolução de conflitos, por meio da conciliação ou da mediação”, disse o ministro Marco Buzzi.

40 anos da Asmac

O evento marcou os 40 anos de fundação da Asmac e, durante dois dias, reuniu magistrados, assessores e servidores do TJAC.

A programação também contemplou homenagens aos ex-presidentes da Asmac, pelas contribuições para o engrandecimento da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), apoiadora do evento.

Ao todo, foram prestadas homenagens a 17 ex-dirigentes da entidade, nove deles estavam presentes na solenidade. O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, foi homenageado com o Colar do Mérito Judiciário, a maior honraria da Corte de Justiça do Acre.

O juiz de Direito Dannel Bomfim elogiou o evento e a participação do movimento associativo. “Foi nosso primeiro congresso e contamos com a generosidade, com o espírito público dos nossos palestrantes. Sem essas pessoas, sem os associados da Asmac, não seria possível a realização desse evento”, considerou o presidente da Associação.



Esjud em Números

Principais estatísticas da Esjud no ano de 2019

No ano de 2019 foram oferecidos aos públicos interno e externo diversas ações, cursos, atividades e eventos que compõem as estatísticas da Escola. Exemplo disso é que foram ofertadas 47 ações formativas, com a disponibilização de 1.348 vagas.

No total, foram inscritos 1.397 alunos, dos quais 1.018 foram certificados. Ao final, alcançou-se o número de 919 horas-aula.

Dados quantitativos das ações formativas realizadas no Exercício de 2019

Carga Horária	Vagas	Inscritos	Certificados
919h	1.348	1.397	1.018

Fonte: Geave

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Em 2019 uma das prioridades foi ampliar a participação do público externo, o que pode ser demonstrado pela maior aproximação com as funções essenciais da Justiça, como Ministério Público Estadual (MPAC), além da Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU) e a Escola Nacional de Formação de Magistrados (Enfam).

O total de carga horária obtida foi de 136 horas-aula, com a oferta de 137 vagas e a emissão de 115 certificados.

CGU	Gerenciamento de Equipes de Alta Performance
	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos
	Formação de Pregoeiros
	Tratamento de Denúncias em Ouvidoria
MPAC	Processo Administrativo Disciplinar
	Storytelling
	Palestra “Diálogo sobre Direitos Fundamentais”
Secretaria de Segurança Pública	Curso de Inteligência Financeira
Enfam	Poder Judiciário e o Direito dos Povos Indígenas

Gestão Estratégica

1. RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Em 2019, o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, com o apoio da Juíza Auxiliar da Presidência, Andréa Brito e do Gabinete do Des. Laudivon Nogueira, realizou diversas reuniões com as unidades administrativas do Tribunal para tratar de estratégias para melhoria do Ranking da Transparência 2020, ficando definida nessas reuniões as unidades responsáveis por cada item da transparência e quais seriam as informações necessárias para o cumprimento de cada item.

Pontua-se que uma das ações de maior destaque foi a implantação de um local exclusivo no site do Tribunal de Justiça do Estado do Acre que reunisse todos os relatórios referentes à transparência, de forma padronizada, contemplando links e o nome da unidade responsável pela informação. O novo link está disponível no endereço <https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/relatorios-e-estatisticas/ranking-da-transparencia/>, abarcando os 136 itens avaliados das edições anteriores, estando, no presente, em fase de atualização para se adequar a edição 2020.

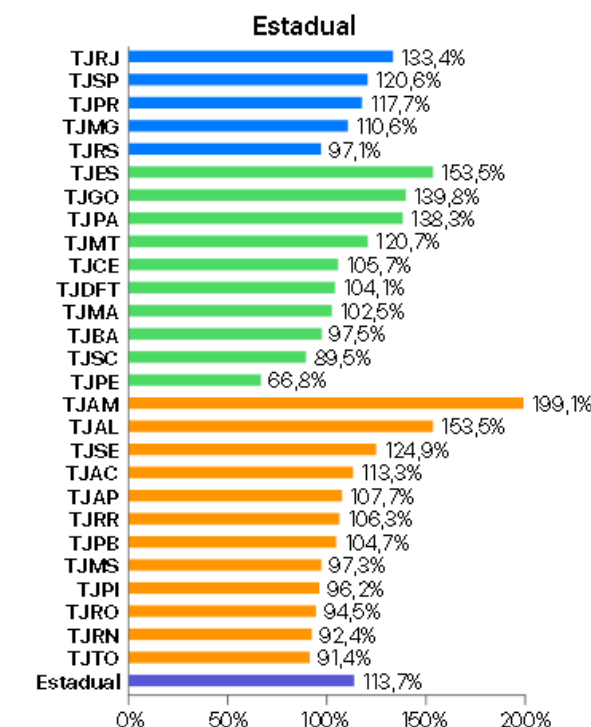
Friza-se, em tempo, que outras ações estão em curso como, por exemplo, a atuação efetiva do grupo de trabalho criado para discutir e definir estratégias para tornar o Portal da Transparência do Poder Judiciário do Estado do Acre referência nacional mesmo em tempo de pandemia.

2. RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2019

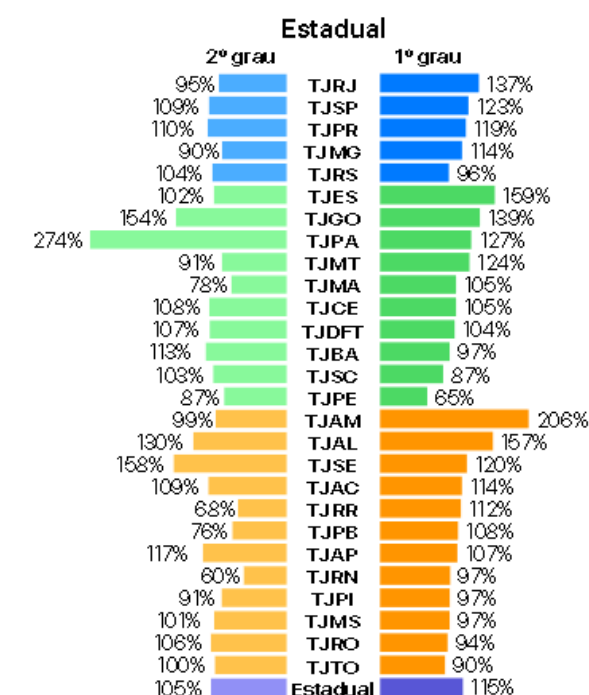
Os destaques para o TJAC no Relatório Justiça em Números 2019 são:

a) CASOS NOVOS ELETRÔNICOS - TJAC aparece com 100% de casos novos eletrônicos, inclusive já abordado na matéria: Tribunal de Justiça do Acre é destaque nacional por ter 100% de processos eletrônicos.

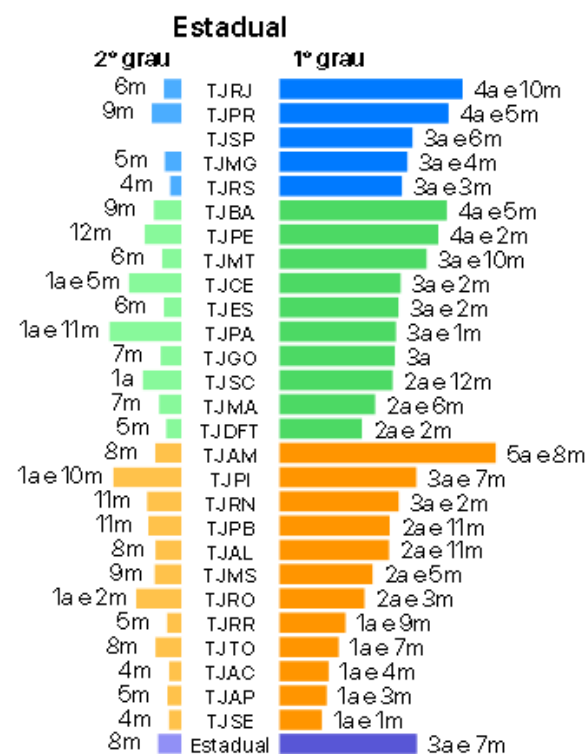
b) ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - TJAC aparece com 113,3%, ou seja, para cada 100 processos novos foram baixados 113 processos em média, figurando na quarta colocação entre os Tribunais de Justiça de pequeno porte.



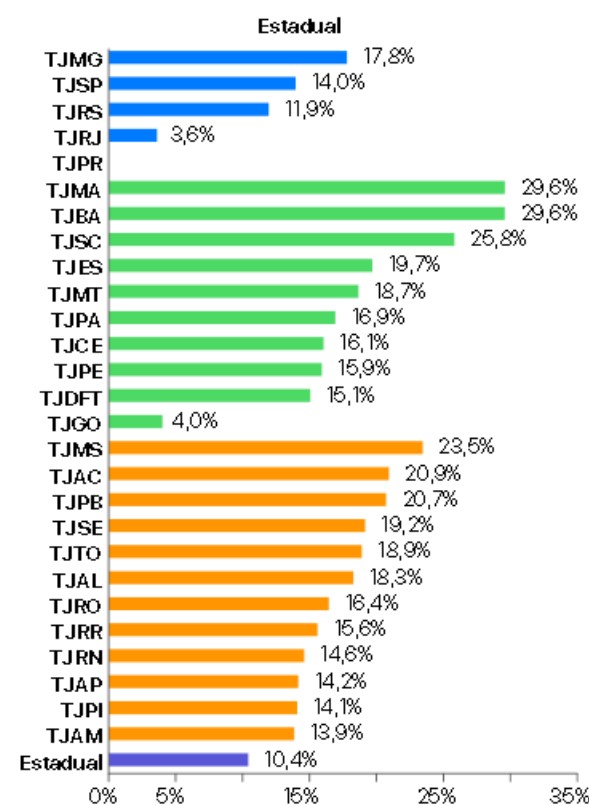
A figura 87 do Relatório JN (abaixo) mostra ainda que o TJAC baixou mais processos tanto no 1º Grau quanto no 2º Grau, ou seja, superou o Índice de Atendimento à Demanda nos dois graus de jurisdição.



c) TEMPO MÉDIO DA INICIAL ATÉ A SENTENÇA - TJAC tem o terceiro menor tempo médio da inicial até a sentença dentre os TJs de pequeno porte, sendo esse tempo de 1 ano e 4 meses no 1º Grau e de 4 meses no 2º Grau; enquanto que a média da Justiça Estadual é de 3 anos e 7 meses no 1º Grau e 8 meses no 2º Grau.



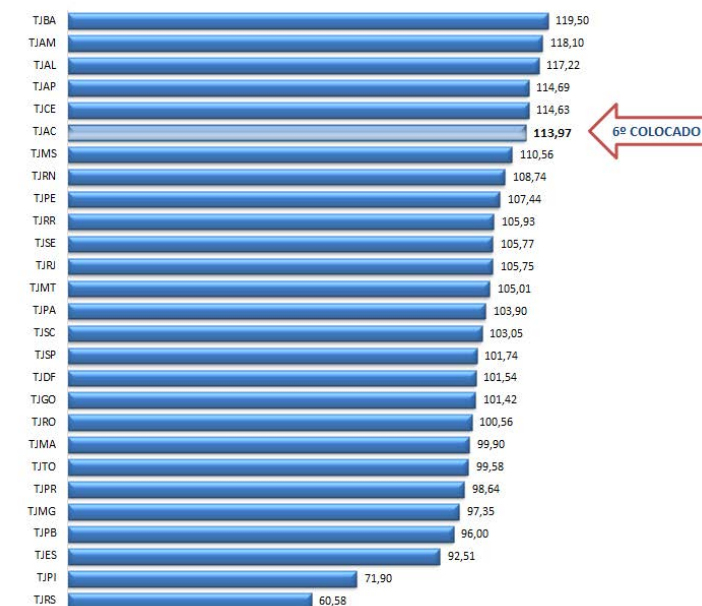
d) ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO TOTAL - TJAC obteve, dentre os TJs de pequeno porte, o segundo maior índice de conciliação com 20,9%, ou seja, para cada 100 processos solucionados em 20 foram utilizados métodos consensuais de solução de conflito.



3. METAS NACIONAIS 2019

a) META 1 - JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS

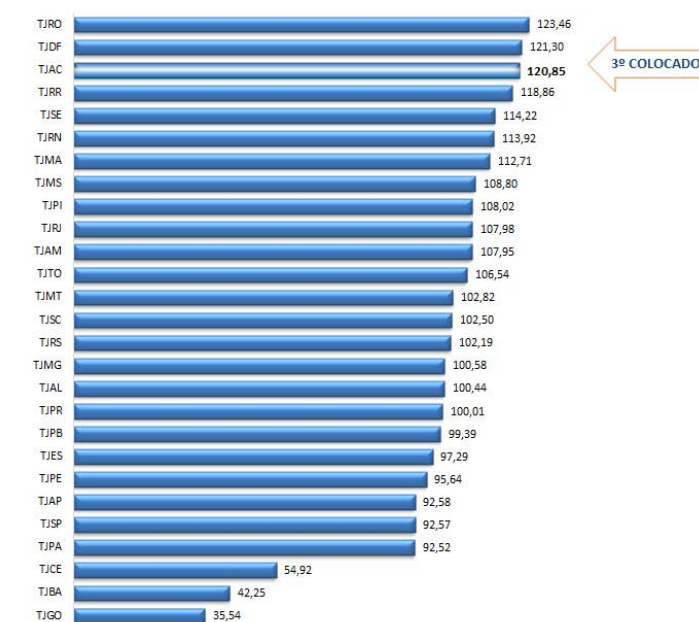
Meta 1 de 2019 – Julgar mais processos que os distribuídos



b) META 2 - JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS

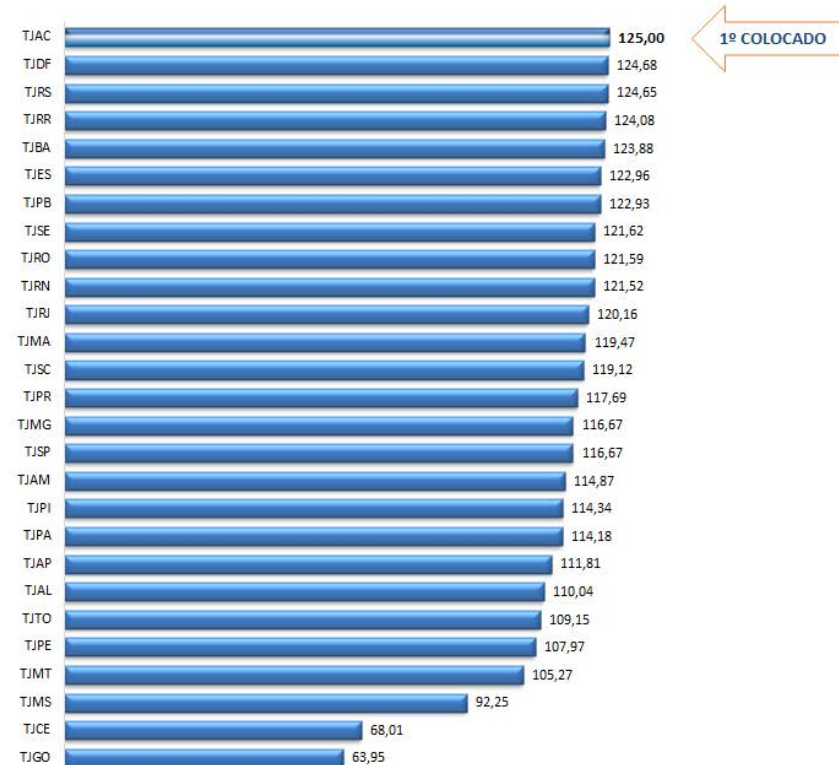
“Para o segmento da Justiça Estadual, destacaram-se 15 tribunais, que cumpriram a Meta 2 em todos os períodos de referência, sendo eles: TJDFT, TJAL, TJMT, TJMG, TJRO, TJRR, TJSC, TJSE, TJTO, TJAC, TJAM, TJMA, TJPI e TJRN.” - avaliação CNJ Relatório das Metas Nacionais 2019

1º Grau – Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015.

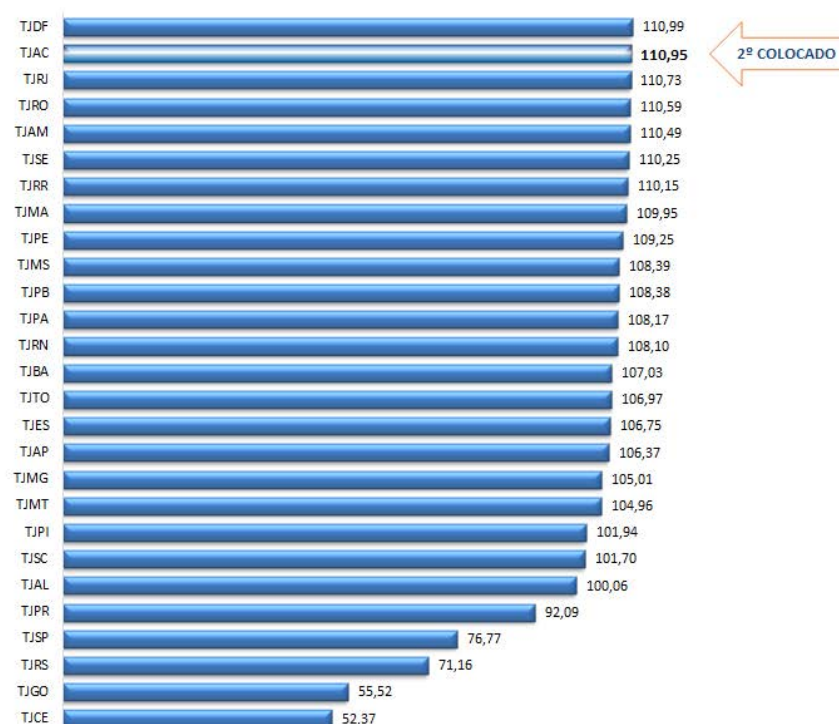




2º Grau – Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

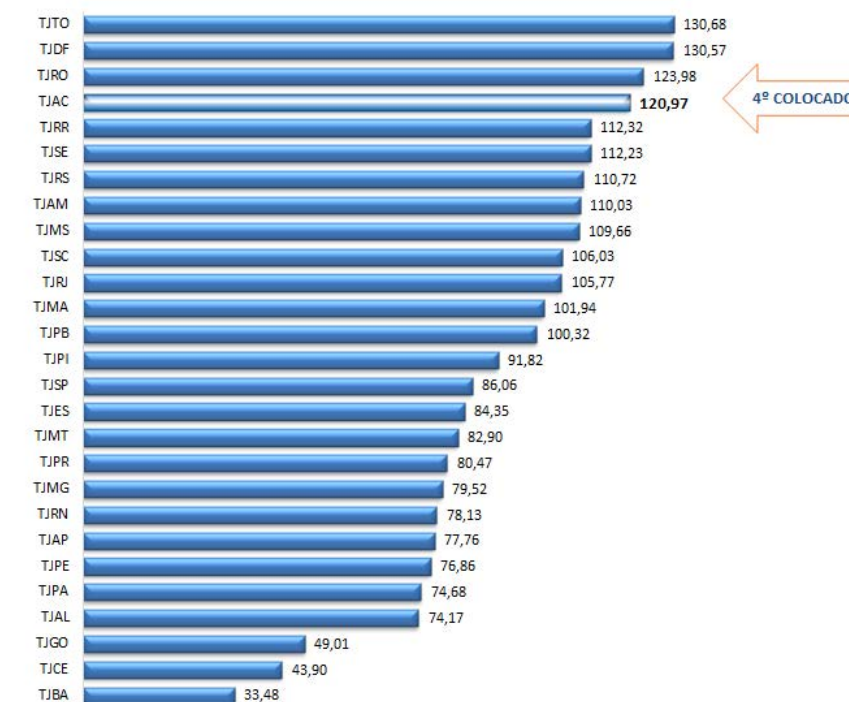


JUIZADOS ESPECIAIS E TURMAS RECURSAIS ESTADUAIS – Identificar e julgar, até 31/12/2019 pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

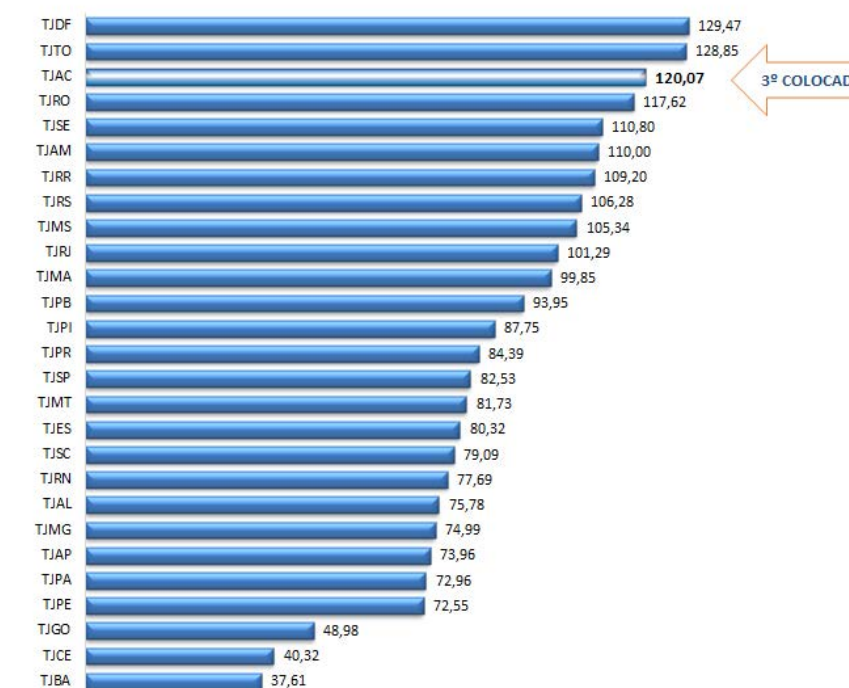


c) META 4 - PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS A CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Meta 4 de 2019 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais



1º GRAU - Identificar e julgar até 31/12/2019 pelo menos 70% das ações improbidade administrativa e das ações penais e relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2016, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

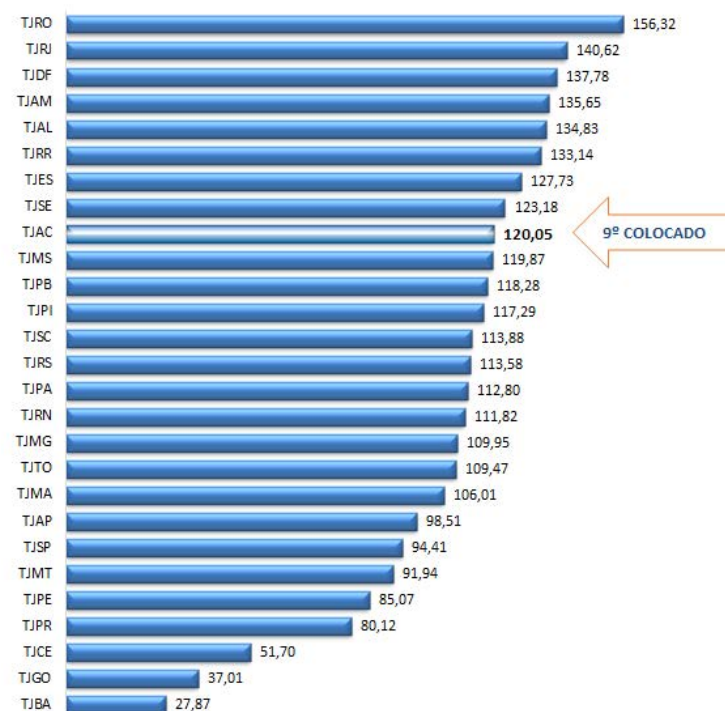




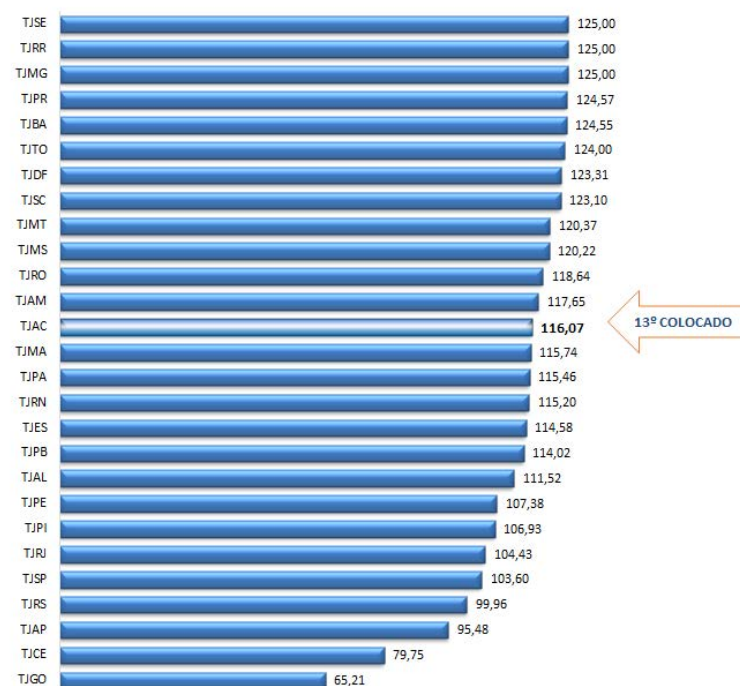
d) META 6 - PRIORIZAR O JULGAMENTO DAS AÇÕES COLETIVAS

“Os tribunais de Justiça dos estados merecem destaque, pois 18 tribunais cumpriram a Meta 6 nos dois períodos de referência estabelecidos” - avaliação CNJ Relatório das Metas Nacionais 2019

1º GRAU – Julgar, até 31/12/2019, 60% das ações coletivas distribuídas Até 31/12/2016.



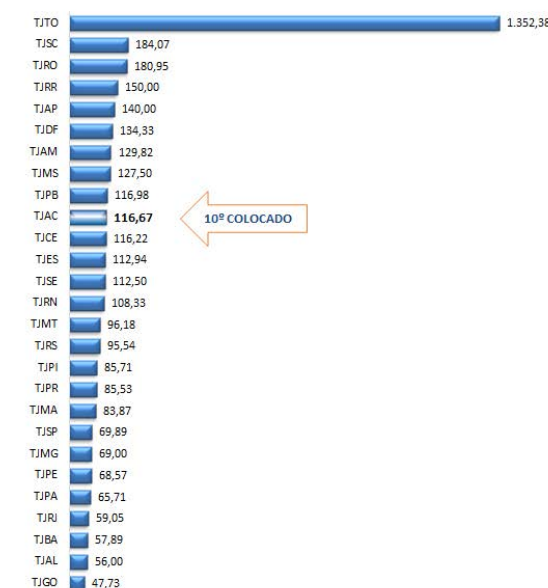
2º GRAU – Julgar, até 31/12/2019, 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017



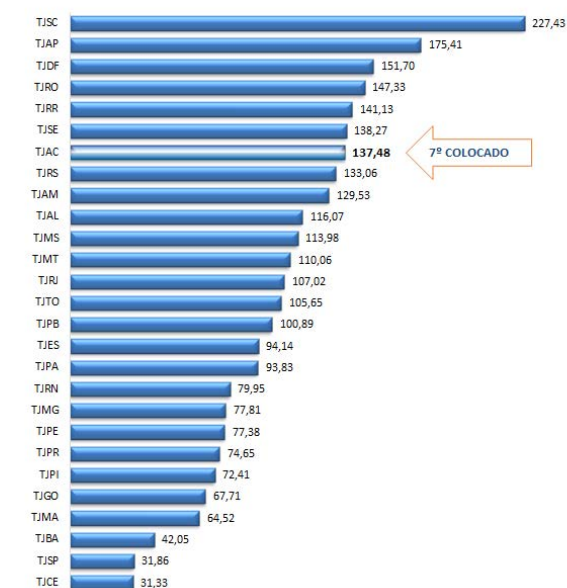
e) META 8 - PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS AO FEMINICÍDIO E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES

“Individualmente, destacaram-se 11 tribunais que cumpriram integralmente a meta tanto para os processos relacionados ao feminicídio quanto para os relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher: TJTO, TJSC, TJRO, TJRR, TJAP, TJDF, TJAM, TJMS, TJPB, TJAC e TJSE.” - avaliação CNJ Relatório das Metas Nacionais 2019

FEMINICÍDIO - Identificar e julgar até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes distribuídos Até 31/12/2018.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento distribuídos até 31/12/2018.

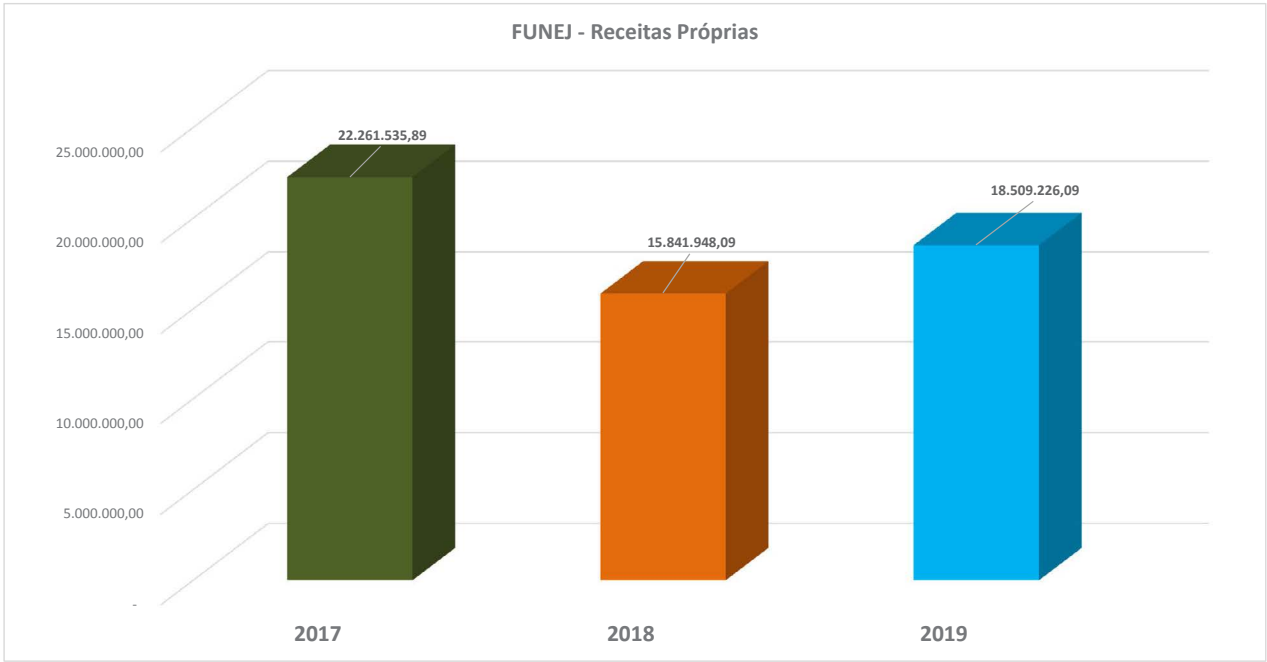




Alternativas para incrementar receitas próprias

Assunto: Alternativas para incrementar receitas próprias
Demanda: Mostrar os gráficos de arrecadação das receitas próprias de 2017 e 2018, comparando com 2019.

Ano	2017	2018	2019
Receitas Próprias	22.261.535,89	15.841.948,09	18.509.226,09



Equilíbrio fiscal do Judiciário

Assunto: Redução de gastos assegura equilíbrio fiscal ao Judiciário
Demanda: Comparativo da LOA de 2017, 2018 e 2019, mostrando o decréscimo.
Durante o exercício de 2019, mostrar as reduções em contratos e o pagamento da GAR

Ano	Duodécimo Aprovado - LOA	Duodécimo Realizado - ELOA
2017	206.907.806,31	249.247.008,48
2018	217.966.889,17	275.480.090,78
2019	233.224.571,41	280.293.830,99

Pagamento de GAR	Valor R\$
2017	3.946.506,29
2018	2.328.453,36
2019	4.346.082,15



PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE XAPURI
FÓRUM RAIMUNDO DIAS FIGUEIREDO





www.tjac.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça